



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 119/120

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 119

113ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Ofícios.....

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos.....

Dep. Antonio Belinati.....

Dep. Stephanes Júnior.....

Dep. Elio Rusch

Dep. Douglas Fabrício

Dep. Tadeu Veneri.....

Grande Expediente:

Dep. Elton Welter.....

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró.....

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni.....

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....

Liderança da Oposição

Dep. Marcelo Rangel.....

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Requerimentos

Encerramento da Sessão

DIÁRIO Nº 120

114ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....

Presenças.....

Abertura da Sessão

Pequeno Expediente:

Dep. Mario Roque

Dep. Antonio Belinati.....

Dep. Plauto Miró

Dep. Douglas Fabrício.....

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Encerramento da Sessão

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....

Diretoria Geral

Portarias

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 119

113ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....

Presenças.....

Abertura da Sessão

Expediente:

Ofícios

Requerimentos

Projetos de Lei.....

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos

Dep. Antonio Belinati.....

Dep. Stephanes Júnior

Dep. Elio Rusch.....

Dep. Douglas Fabrício.....

Dep. Tadeu Veneri

Grande Expediente:

Dep. Elton Welter

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró.....

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni.....

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....

Liderança da Oposição

Dep. Marcelo Rangel.....

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão

DIÁRIO Nº 119

113ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Stephanes Júnior e Neivo Beraldin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Dr. Batista, Luiz Carlos

Martins, Luiz Fernandes Litro, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (08).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Artagão Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 3348/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 053/09, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 440/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor total de R\$ 701.181,43 (setecentos e um mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), destinados a este Município, referente às parcelas dos Contratos de Repasse nºs 226.011-09 e 226.006-35. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 438/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor total de R\$ 701.181,43 (setecentos e um mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), destinados a este Município, referente às parcelas dos Contratos de Repasse nºs 226.011-09 e 226.006-35. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 417/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 17/08/09, no valor de R\$ 202.347,09 (duzentos e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais e nove centavos), na conta vinculada ao Contrato de Repasse

0224.994-48/MCIDADES/CAIXA, no âmbito do Programa PAC/Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, que tem por objetivo a implantação de sistema de esgoto sanitário nas bacias dos rios: Iguaçu, Belém, Formosa, Padilha e Barigui, na Região Metropolitana de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 415/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, em 17/08/09, no valor de R\$ 104.890,74 (cento e quatro mil, oitocentos e noventa reais e setenta e quatro centavos), destinados ao Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 0226-006-35/07/MCIDADES/CAIXA, no âmbito do Programa PPI/Intervenções em Estruturantes de Habitabilidade, Urbanismo e Preservação Ambiental dos Mananciais de Água formadores do rio Iguaçu, no contorno de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 423/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, em 31/08/09, no valor de R\$ 583.121,96 (quinhentos e oitenta e três mil, cento e vinte e um reais e noventa e seis centavos), destinados ao Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 0226.006-35/07/MCIDADES/CAIXA, no âmbito do Programa PPI/Intervenções em Favelas/UAS/Provisão Habitacional, sob gestão do MCidades, que tem por objetivo as Ações Estruturantes de Habitabilidade, Urbanismo e Preservação Ambiental dos Mananciais de Água formadores do rio Iguaçu, no contorno de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 425/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando o créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, em 31/08/09, no valor de R\$ 118.059,47 (cento e dezoito mil, cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0226.011/09/MCIDADES/CAIXA, no âmbito do Programa PAC/Projeto Piloto de Investimento/Intervenções em Favelas/UAS/Provisão Habitacional, que tem por objetivo a urbanização de assentamentos precários, com reassentamento de famílias, implantação de infraestrutura completa, regularização fundiária, recuperação ambiental, construção de habitações, equipamentos urbanos e trabalhos de participação comunitária. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 541/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Termo de Convênio nº 700862/08, bem como plano de

trabalho e cópia do extrato publicado no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 542/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia da celebração do primeiro termo aditivo de prorrogação de ofício do Convênio nº 700862/08, bem como cópia da ordem bancária e do extrato publicado no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 546/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia dos dados referentes à celebração do Termo de Cooperação Técnica nº 55000.000939/2009-11, celebrado com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 564/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia da Ordem Bancária referente ao Convênio nº 121/07, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o EMATER-PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 583/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Termo de Convênio nº 700907/08, bem como Plano de Trabalho, cópia da ordem bancária e do extrato publicado no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL 000516/09, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação informando a liberação de recursos financeiros destinados ao Governo do Estado do Paraná junto ao TD-PROJOVEM-URBANO. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL 000524/09, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação informando a liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação, junto aos Programas PENAI Indígena, PNAE EJA, PNAEM-Médio, PNAEP Pre-Escolar, PNAEC-Creche, PNAEQ, PNAEF-Fundamental. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do

dia 08 de outubro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 4922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que reja realizada Sessão Solene Comemorativa ao Dia Nacional do Livro, no dia 30 de outubro, sexta-feira, às 11h no plenário.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando o presente evento reunindo entidades culturais, autores e editores, promovendo uma programação de palestras e ações através da Frente Parlamentar Pró-Leitura, visando o fortalecimento da prática da leitura na formação de crianças e adultos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 4894

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, sejam arquivados os Projetos de Lei nºs 543 e 544/09, de autoria desta Deputada.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 4893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 475 e 506/09, que institui atendimento reservado para clientes das agências bancárias.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 4902

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII, da Constituição Estadual e nos artigos 97, parágrafos 1º e 2º e 131, parágrafo 3º, inciso I, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, seja procedida a convocação do Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, para falar, a este Poder Legislativo, sobre a Segurança Pública no Estado abordando, entre outros, os altos índices de criminalidade e os recentes episódios de violência registrados pela mídia.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(aa) MARIO ROQUE, PLAUTO MIRÓ, CHICO NOROESTE, NEY LEPREVOST, PROFESSOR LEMOS, TADEU VENERI, FERNANDO

SCANAVACA, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, RENI PEREIRA, LUIZ EDUARDO CHEIDA, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, JONAS GUIMARÃES, MARCELO RANGEL, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO BELINATI, LUIZ NISHIMORI, NEIVO BERALDIN, MAURO MORAES, PÉRICLES DE MELLO, FELIPE LUCAS, EDSON STRAPASSIN, DOBRANDINO DA SILVA, ELTON WELTER, STEPHANES JÚNIOR, ROSANE FERREIRA, LUIZ ACCORSI, PASTOR EDSON PRACZYK, DOUGLAS FABRÍCIO e NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 4890

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Sr. Lauro Gordia ocorrido no dia 01/10/09, em São João do Triunfo/PR.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no dia 01/10/09, em São João do Triunfo, o Vereador Sr. Lauro Gordia, aos 46 anos de idade. Deixou viúva Dona Maria Eli Mendes Gordia, deixou ainda os filhos Laécio, Luciele e Leonardo.

O passamento do Vereador Lauro Gordia veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e correligionários.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se com lágrimas nos olhos dizendo que poderá repousar tranquilo pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai celeste que, nossos amigos, familiares do Sr. Lauro Gordia, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gordia, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 4891

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Diva Wallbach Tizzot, ocorrido no dia 05/10/09, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 83 anos de idade, faleceu no último dia 05 de outubro, nesta Capital, a Sra. Diva Wallbach Tizzot, mãe do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes. Era viúva do saudoso médico Cícero Tizzot Filho. Deixou os filhos Reinaldo e Rosane, deixou ainda seis netos: Karin, Thiago, Renata, Frederico, Saul e Carolina e dois bisnetos: Felipe e Miguel.

O passamento da Sra. Diva veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar. Companheira de todas as horas, mãe extremosa, assim era Dona Diva.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos em sua labuta diária.

Sua família, a família que a adorava despediu-se com lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquila, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares da Sra. Diva, endereçando a eles, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 4903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 11 de setembro do corrente ano, do senhor Jahyr Tesserolli.

Nascido em 23/10/52, filho de advogado Joel Tesserolli e da professora Heny das Graças Nascimento Tesserolli, desde pequeno Jahyr Tesserolli destacou-se pela precocidade, inteligência e criatividade. Chacrinha, apelido que ganhou em função do seu espírito guerreiro, conseguiu conquistar um vasto círculo de amizades, pela sua maneira simples de viver.

Sempre pronto a ajudar os amigos, jamais se furtou a atender aqueles que o procuravam. Exímio mestre cuca, requisitado para os jantares da Cidade, sempre soube cativar a cada um. O adeus de sua partida nos dá a certeza absoluta de que vale a pena, preservar cada uma de nossas amizades. Deixa 4 filhos: Marcelo, Francisco, Priscila e Andréa.

Sua passagem deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram a grande

oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou de sua convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimento de pesar pelo seu falecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 4905

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 05 de outubro, da Sra. Diva Wallbach Tizzot, mãe do Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 4906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Rosala Garzuze, ocorrido no dia 04 de outubro.

Dr. Rosala, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era médico de formação, professor de Anatomia no curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná.

Expressivo intelectual oriundo do simbolismo, era um leitor refinado, que dirigia o Instituto Neopitagórico, adotado a filosofia entrelaçada dos diversos campos do conhecimento, superando os desafios do saber.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4886

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de votos de congratulações e felicitações às autoridades e população do Município de Céu Azul, pela comemoração do 43º aniversário de Emancipação Política e Administrativa, no dia 08/10/09.

O Paraná ficou conhecido como a Terra da Promissão, por causa da fertilidade de suas terras e dos pinheirais existentes, o que acabou levando muitas famílias desejosas de melhores condições de vida, para a região onde se situa a sede do Município, que primeiramente

acamparam no morro, onde está localizada hoje a Igreja Matriz e observaram que o céu estava nitidamente limpo e visível, apresentando um azul escuro, formando assim uma bela imagem vespertina, resolveram então, chamar este lugar de Céu Azul, cuja denominação prevaleceu.

Desde o seu início, nos idos do ano de 1943, então Território Federal do Iguaçu, Céu Azul como pequenino povoado já participava do ciclo de desbravamento e desenvolvimento da região. Em 1959, foi elevada à Categoria de Distrito Administrativo de Foz do Iguaçu. Pela Lei Estadual nº 5407, 08/10/66, foi criado o Município de Céu Azul, desmembrado de Medianeira.

Graças ao trabalho, dedicação e visão de futuro da gente pioneira, que fez crescer e desenvolver aquela terra e sua gente. Céu Azul, hoje com 43 anos, é um Município integrado ao desenvolvimento do Oeste do Estado, e que tem um povo feliz, trabalhador, solidário e consciente de suas responsabilidades e direitos, que em conjunto às suas autoridades, desde sua fundação, são merecedores das mais entusiasmadas homenagens e aplausos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabéns Céu Azul - Parabéns Céu-azulenses.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 4902 “A”

Senhor Presidente:

O Município de Iporã celebra seu 49º aniversário neste mês de outubro, com a realização do IV FEMUVI - Festival de Música Canta Iporã, além de outras promoções culturais que se estenderão até o dia 25 de outubro. Iporã foi elevado à categoria de Município pela Lei Estadual nº 4245, de 25/07/60, desmembrado de Cruzeiro do Oeste, sede no antigo distrito que adotava o mesmo nome.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve REQUER envio de congratulações ao Município de Iporã, nas pessoas do Prefeito Cássio Murilo Trovo Hidalgo e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Sergio Luiz Borges, extensivas à toda a sua comunidade.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 4904

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 133 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de expediente, às entidades representativas de professores e professoras, do votos de louvor em homenagem ao Dia do Professor, a comemorar-se no próximo dia 15 de outubro do corrente.

A educação escolar é um direito social inscrito na Constituição Federal e constitui instrumento indispensável para o processo de construção de cidadania e formação para o trabalho, através do processo ensino-aprendizagem, promovendo a apropriação do conheci-

mento historicamente produzido pela humanidade e o desenvolvimento de valores e princípios necessários ao processo civilizatório de homens e mulheres.

O Profissional docente - professor e professora - representa o sujeito decisivo na efetivação desse processo ensino-aprendizagem, dado seu papel mediador, articulador e dirigente na educação de nossas crianças, jovens e adultos. A valorização desta categoria profissional é fator central e indispensável na defesa de uma educação com qualidade, valorização esta que compreende formação inicial e continuada de qualidade, condições adequadas de trabalho, salário digno, plano de carreira, entre outros.

Neste Dia do Professor, 15 de outubro, nosso reconhecimento e votos de louvor aos milhares de professores e professoras que, cotidianamente, contribuem para a formação integral de nossos alunos e alunas espalhados por todo o Paraná, bem como atuam nos sindicatos e demais entidades representativas, na defesa de uma educação emancipatória e de qualidade social que contribua para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 4907

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Rádio Difusora de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Rádio Difusora de Rio Negro, estabelecida no Município de Rio Negro, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 13 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 4908

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Sra. Rita Cooper Mila.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Rita Cooper Mila, proprietária da R. Coopers Jóias e Decorações, uma empresa que realiza no comércio o empreendedorismo à disposi-

ção da sociedade. Sua administração frente aos negócios, busca a satisfação de sua freguesia através de atendimento diferenciado e exclusivo.

Bem estruturada e com profissionais competentes, esta companhia é geradora de empregos, trabalhando em favor de um ideal social, por uma comunidade mais justa e igualitária.

REQUERIMENTO Nº 4909

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Felipe Raun.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Felipe Raun, um grande empreendedor do Paraná que tem em sua empresa, a Racco Cosméticos, o foco no aumento da capacidade humana, um ícone em ética e responsabilidade social. Com a experiência adquirida, é referência na transformação da sociedade, garantindo a satisfação de seus clientes e destacando-se na sua área de atividade.

Um cidadão engajado no crescimento e no desenvolvimento sociocultural e empresarial da comunidade. Empreendedor e dinâmico tem em suas atividades um multiplicador de empregos que fomentam a economia do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 4910

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Wilson de Araújo Bueno pelos 35 anos de colonismo.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Wilson de Araújo Bueno pelos 35 anos de colonismo, sempre levando informação com credibilidade e isenção, respeitando a comunidade em geral, com total liberdade de expressão, tornando-se parceiro de seus leitores, demonstrando que a imprensa de qualidade é feita com a participação de toda a sociedade, com profissionalismo, competência e dedicação.

Conduzindo sua coluna com um olhar atento, reporta os fatos, interpretando-os a partir de feitos notáveis, fazendo um documento insubstituível do jornalismo impresso.

REQUERIMENTO Nº 4911

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. José Masemio Saurin.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Masemio Saurin, membro titular eleito para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário do bairro Novo, foi escolhido para fazer estudos preliminares, emitindo paraceres.

REQUERIMENTO Nº 4912

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Olivério Bento Ribeiro.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Olivério Bento Ribeiro, membro titular eleito para o Conselho Municipal de Saúde. Representando o Distrito Sanitário de Boa Vista, foi escolhido para fazer estudos preliminares, emitindo pareceres e recomendações sobre pontos de pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando de assuntos do interesse do sistema de saúde e fazendo averiguações de denúncias contra o Sistema Único de Saúde.

Debatedor dos assuntos e questões de forma técnica, empresta seus conhecimentos para o bem-estar da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 4913

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Cultura de Iporã.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Cultura de Iporã, estabelecida no Município de Iporã, abrangendo além da sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 09 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 4914

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Leila Kris.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Leila Kris, fotógrafa que transmite na exposição da solidão à percepção, a beleza da solidão registrando pessoas, gestos, momentos, não escapando nada a sua técnica e sensibilidade, transportando profusão de instantes fugazes que se passam diante de suas lentes, sentindo e sabendo, empiricamente, que o tempo é o seu maior cúmplice, voltando ao passado, projeta-se no futuro, pensando, sentindo e vivendo a fotografia, a arte do encontro que dá um zoom em sua vida profissional.

REQUERIMENTO Nº 4915

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Jean Anacleto.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jean Anacleto, da dupla sertaneja Jeann e Julio, compositor e músico, tem sua formação musical inspirada em sua família e, na música sertaneja, a realização como artista. Através de suas composições expressam o pensamento, os sonhos e a vida de uma geração.

Com uma carreira repleta de apresentações em diversos locais, vem angariando a admiração do público e conquistando espaço no mercado da música de boa qualidade.

REQUERIMENTO Nº 4916

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Julio Cesar Camargo.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Julio Cesar Camargo, da dupla sertaneja Jeann e Julio, dono de uma voz inconfundível, tem na música sertaneja a realização de um jovem sonhador, que através de suas composições expressa o pensamento, os sonhos e a vida de uma geração.

Com uma carreira repleta de apresentações em diversos locais, vem angariando a admiração do público e conquistando espaço no mercado da música de boa qualidade.

REQUERIMENTO Nº 4917

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Jackson Hara.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jackson Hara, que assume a direção da nova empresa do grupo de comunicação externa, com a missão de expandir e consolidar a companhia, aplicando seus conhecimentos de mercado na busca da excelência nos serviços prestados, gerando novos empregos e colaborando de forma significativa para com a sociedade.

Seu profissionalismo, o seu dinamismo e a sua competência são os fatores determinantes nesta nova fase administrativa do grupo.

REQUERIMENTO Nº 4918

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Castro.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Castro, estabelecida no Município de Castro, abrangendo além da sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 10 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 4919

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio FM Cinderela.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio FM Cinderela, estabelecida no Município de Colorado, abrangendo além da sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 11 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 4920

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Empresa de Radiodifusão Cidade Alta.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Empresa de Radiodifusão Cidade Alta, estabelecida no Município de Apucarana, abrangendo além da sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 12 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 4921

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Edenir da Silva.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Edenir da Silva, técnico da equipe paranaense de Goal Ball, que através do esporte, realiza a inserção social de deficientes, demonstrando a capacidade destes atletas e sua superação diante da discriminação.

Seu trabalho é exemplo para a sociedade, um lutador que tem recompensado seu esforço com a classificação do grupo para o campeonato nacional, representando o Paraná com orgulho e garra.

REQUERIMENTO Nº 4923

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Plenário a aprovação da moção de apoio aos bancários em greve.

A greve nacional iniciou no dia 24 de setembro, após a rejeição da proposta apresentada pela categoria, o que só repõe a inflação do período, e redução da PLR em relação ao ano passado. Na retomada das negociações, na última quinta e sexta-feira, dias 1 e 2 de outubro, os negociadores da FENABAN não apresentaram nova proposta para a categoria. Com a presente moção de apoio esperamos que seja apresentada uma proposta que contemple as expectativas dos bancários e que leve ao fim da greve.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 4888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde e ao Diretor-Presidente da ParanaEsportes, Marco Aurélio S. Rocha, solicitando a criação dos Jogos Estaduais Paradesportivos no Paraná. O Paraná já conta com paratletas de nível olímpico. Com a criação destes jogos dará o incentivo para os novos atletas e reafirmamos a nossa preocupação com a qualidade de vida e a dignidade da pessoa humana.

Do aprovado requer, ainda cópia do presente requerimento a Câmara Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 4889

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Transportes e Diretor-Geral do DER, Rogério Tizzot, solicitando uma solução para os inúmeros acidentes com treminhões na PR-569 região Marilena.

A comunidade da região está preocupada com os acidentes que vem ocorrendo com o veículo em questão e pedem ao Parlamento e o Estado providência urgentes.

Do aprovado requer, ainda cópia do presente requerimento a Câmara Municipal de Marilena.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 4900

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que a presente subscreve vem, respeitosamente, após a oitiva do douto Plenário, REQUERER a aprovação e o envio do pedido de providências, na forma que segue:

- Na região de fronteira do Brasil com os demais países do MERCOSUL existe trânsito intenso de municípios, que efetivamente precisam se deslocar de um País para o outro, seja para fins comerciais, sociais, estudantis, dentre outros.

- Ocorre que, a partir de fiscalizações rotineiras, órgãos brasileiros restam apreendendo veículos de tais municípios, por contarem com placas estrangeiras, dando-se início pois, em diversas oportunidades a processos administrativos que podem ensejar a pena de perdimento do bem.

- Pois bem, a partir disto o município necessita se valer das vias judiciais para reaver o bem de sua propriedade. E no campo judicial, decisões reiteradas tem estabelecido a restituição do bem, com fundamento na

ausência de má-fé do proprietário. Por outra banda, as decisões também dizem que se a pessoa não tem a intenção de permanecer no País, não se pode realizar medida administrativa que tolha a propriedade do bem. Como exemplo, leiam-se arestos de acórdão exarados no Tribunal Regional Federal da 4ª região:

Apelação Cível/Reexame necessário

Processo: 2008.72.00.010536-8

Relator: Luciane Amaral Corrêa Münch

Segunda turma.

Tributário veículo estrangeiro em circulação no território nacional, de posse de estrangeiro com domicílio também no Brasil. Inexistência de indício de permanência do veículo no Brasil. Incabimento da pena de perdimento.

Inexistindo indício de que o veículo estrangeiro em circulação no território nacional, de posse de pessoa estrangeira com domicílio também no Brasil, tenha como destino o território pátrio, é incabível a aplicação da pena de perdimento, porque ausente de fundamentação legal. Precedentes desta Corte.

Apelação/Reexame necessário

Processo: 2004.71.06.002404-3

Relator: Vilson Darós

Primeira turma

Veículo estrangeiro trânsito no território brasileiro. Pena de perdimento. Resolução MERCOSUL/GMC nº 131/94. Decreto nº 1.765/95. Portaria MF nº 016/95. Honorários Advocatícios.

A Resolução MERCOSUL/GMC nº 131/94, internada no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 1765/95 e a Portaria MF nº 016/95 denotam a existência de um regime de admissão temporária do veículo estrangeiro no território nacional. No caso, a empresa proprietária do automóvel tem sede no Uruguai, mas o veículo estava sendo conduzido por seu representante comercial, que estava autorizado a circular com o automóvel. Portanto, o caso dos autos não autoriza a conclusão de que o veículo é mercadoria usada importada.

Mercadoria é aquilo que é objeto de comércio, mercancia. Aquilo que se comprou e se expôs a venda. (Aurélio). Por analogia com a interpretação restritiva que se empresta à sanção penal, da mesma forma aqui não se pode alargar o termo de forma a interpretá-lo do bem de sua propriedade daquele que sofre a pena de perdimento do bem de sua propriedade. O termo há de ser entendido em sua acepção restrita.

No mandato de Segurança é incabível a condenação em honorários advocatícios. Súmulas 502 STF e 105 STJ.

- Diante destas decisões, pode-se inferir inclusive a existência de legislação no âmbito do MERCOSUL, o que embasa a circulação a título não definitivo, chamado de regime especial.

- Por conclusão, nota-se que diversas apreensões são revertidas judicialmente, o que, por si só encarece a atenção daqueles encarregados pela fiscalização, sob

pena de limitação a direito constitucional de se deslocar livremente.

- São essas as razões que levam ao pedido para que seja permitido aos moradores da região da Fronteira do Paraná com os demais Países a livre circulação de veículos com placas estrangeiras, oportunizando uma vida mais digna e maior acesso ao mercado de trabalho para todos os envolvidos.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 4901

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que a presente subscreve vem, respeitosamente, após a oitiva do douto Plenário, REQUERER envio do pedido de providências por parte do Ministro da Educação, na forma que segue: quanto segue:

- O mundo em que se vive tem tomado conotação da universalidade, na medida em que a globalização tende a estreitar laços, seja pelo aspecto econômico, financeiro, político ou social. Notadamente, os Países desenvolvidos tem unido forças para uma constante evolução, fazendo de mercado comum o ambiente propício para aprendizado e teste de técnicas.

- Dentro desse conceito, é inegável o papel de destaque das instituições de ensino, que pautam a evolução de toda espécie. E acerca disso, o Brasil, preocupado e ciente dessas parcerias, adotou postura de vanguarda, ao firmar diversos tratados, que posteriormente foram ratificadas pelo Congresso sobre o tema educação. Tomemos como exemplo o Decreto Legislativo nº 800/03 que recepcionou na integralidade o tratado celebrado em Assunção de 14/06/99, que por sua vez serviu de suporte legal ao Decreto do Executivo Federal nº 5518/05, que previu a admissão automática de diplomas expedidos pelos centros de ensino superior dos Países Partes, para fins de ensino e/ou pesquisa. Coordenação Geral de Legislação e Normas da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, conforme seu prolapado Ofício nº 1331/07/MEC/SESU/CGLNES de 01/03/07.

- Ainda na mesma senda, é de conhecimento notório a situação de inúmeros brasileiros que frequentam cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado nos Países do MERCOSUL, angariando conhecimento que em muito contribuem com o desenvolvimento do País.

- Em que pese esta situação de troca de experiências, que só tende a incrementar a evolução nacional, alguns estudantes tem tido obstaculizado o reconhecimento de seus diplomas, em qualquer esfera de formação, por trâmites burocráticos. Pelo quadro informado, e pelo sistema jurídico atual, tem-se que não compete a órgão da Administração Federal analisar de modo abso-

lutamente discricionário, em desapego ao disposto em Decreto Federal, qual instituição de ensino merece o reconhecimento brasileiro.

- Frente a tal quadro, solicito especial atenção e apoio de V. Exa. para que seja implementada medida, no sentido de legitimar no Brasil diplomas advindos de estudos desenvolvidos nos Países do MERCOSUL, incentivando com isso o progresso de pesquisas científicas brasileiras.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) RENI PEREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 554/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Recicladores de Lixo Eletroeletrônico, com sede e foro no Município e comarca de Londrina/PR.

Art. 2º Esta lei em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Recicladores de Lixo Eletroeletrônico, com sede no Município de Londrina foi criada e registrado no início do ano de 2008, e desde então vem desenvolvendo um trabalho pioneiro em nosso Estado.

Como sabem, os nobres Pares, a crescente de resíduos faz com que a sua adequada destinação seja um desafio para o Estado. Dentre os problemas relacionados ao tema encontramos a destinação dos resíduos dos aparelhos eletrônicos.

Os produtos químicos utilizados na produção dos circuitos, dos monitores, dos leds, e de outros componentes tem alto potencial poluidor. Não é a toa que esta Casa de Leis aprovou recentemente brilhante lei que trata do tema.

Entendendo o perigo animal e a possibilidade de prestar um serviço à sociedade e às empresas um grupo de pessoas criou a Associação dos Recicladores de Lixo Eletroeletrônico.

A atuação deste senhores e senhoras já garantiu a retirada do Meio Ambiente e a adequada destinação de inúmeros componentes eletroeletrônicos, prestando um serviço incalculável para Londrina e para o Estado do Paraná.

Enfim a atuação e a contribuição para o Meio Ambiente e para a saúde humana é notória a esta Casa o reconhecimento deste título de utilidade pública a tão nobre Associação.

PROJETO DE LEI Nº 555/09
A Assembleia Legislativo do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a presença de profissionais de psicologia nas equipes das instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná.

§ 1º O psicólogo terá como função o acompanhamento dos alunos na escola integrado ao trabalho de uma equipe multidisciplinar já existente nas escolas.

§ 2º Cada instituição de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná contará com a menos um psicólogo em sua equipe.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, designando o órgão responsável pela fiscalização e aplicação de penalidades caso ocorra o seu descumprimento.

Art. 3º A implementação da presente lei se dará gradativamente no prazo máximo de 5 anos.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Os problemas sociais que afligem as famílias brasileiras estão a cada dia que passa mais inseridos no contexto escolar. Da mesma maneira que boa parte das famílias tem dificuldade em lidar com esses problemas, assim também ocorre com as instituições de ensino. Nem sempre os professores estão preparados para agir em situações conflitantes, que escapam do processo ensino-aprendizagem no qual estão inseridos.

Nesse sentido, a inclusão de um psicólogo na vida escolar é para contribuir de maneira singular e concreta no sistema escolar. As escolas representam uma força admirável na sociedade, estando abaixo somente da família para influenciar as pessoas podendo, portando exercer um poder de persuasão na formação do indivíduo.

Ainda assim, a escola passa por grandes problemas, visto que nem sempre consegue acompanhar o ritmo das mudanças que ocorrem no âmbito local, regional e universal. O psicólogo aparece então para contribuir na resolução destes problemas e de outros, a fim de possibilitar a melhoria de interação do indivíduo na comunidade. O psicólogo escolar pode ajudar o aluno a compreender as mudanças e, por isso tem um papel de intermediário no aperfeiçoamento da educação.

Cabe ao psicólogo desenvolver recursos como observação direta, entrevistas, aconselhamentos, testes psicológicos; os quais lhe facilitam adquirir as informações necessárias para montar o diagnóstico e o laudo para a escola e para o aluno.

Além disso, o profissional pode desenvolver um trabalho com os próprios professores, contribuindo para que eles estejam cada vez mais fortalecidos e instrumentalizados para uma atuação de qualidade.

Inseridos no processo ensino-aprendizagem os psicólogos podem auxiliar o educador no convívio das relações grupais, nas relações de equipe e na construção da turma enquanto grupo; ajudar o educador a refletir sobre sua família para melhor compreender a dinâmica familiar de seus alunos e novo perfil familiar; ajudar o educador a refletir e conhecer sobre o desenvolvimento humano e os processos ensino/aprendizagem; desenvolver trabalhos de orientação vocacional e profissional com os alunos; desenvolver trabalho de relações grupais para que a equipe da escola possa cada dia melhorar suas relações interpessoais.

Só a escola, a educação, é capaz de mudar a realidade do ser humano. Em função disso, o presente projeto visa de forma simples multiplicar a cumplicidade da família e equilibrar o comportamento dos estudantes, além de manter uma interação entre escola, alunos e profissionais da educação.

Considerando que a Constituição Federal estabelece no seu artigo 24 inciso IX que legislar sobre educação é competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios e propondo a melhoria na qualidade do ensino é que esta Deputada solicita o apoio e todos os Parlamentares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 556/09
A Assembleia Legislativo do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a presença de nutricionistas nas equipes das instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná.

§ 1º O nutricionista terá como funções a elaboração de cardápios para as refeições escolares, o controle de qualidade no armazenamento, no preparo e no consumo dos alimentos.

§ 2º Cabe ao profissional de nutrição e elaboração e supervisão de programas de educação alimentar voltados à realidade de cada escola.

Art. 2º Cada instituição de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná contará com ao menos um nutricionista em sua equipe.

§ 1º Cada nutricionista atenderá no máximo 3.000 alunos, sendo facilitado aos Municípios que não atingirem este teto, atuarem em consórcio para a contratação do profissional. A soma dos alunos dos Municípios inte-

grantes de um consórcio não poderá ultrapassar em 50% (cinquenta por cento) o teto estabelecido para o atendimento de cada nutricionista.

§ 2º Na elaboração dos cardápios, sempre que possível, o profissional dará preferência para alimentos provenientes da agricultura familiar, produzidos na região em que a escola se encontra.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, designando o órgão responsável pela fiscalização e aplicação de penalidades caso ocorra o seu descumprimento.

Art. 4º A implementação da presente lei se dará gradativamente no prazo máximo de 5 anos.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A escola empenha um papel fundamental na formação de qualquer ser humano, tanto cultural quanto intelectualmente, além de interferir positivamente na construção do caráter e dos valores éticos que levam à constituição da cidadania. Além desse papel primário torna-se premente, nesse momento, que a escola se preocupe também com a saúde e a qualidade de vida de seus alunos, nada mais correto, então, do que fornecer alimentação escolar com qualidade.

Para muitas crianças, a alimentação escolar é a única refeição que farão durante o dia, por isso, é de extrema importância que o alimento consumido atenda, ao máximo, as demandas nutricionais. Nesse sentido, o papel do nutricionista é fundamental nos programas de educação alimentar nas escolas, para prevenir a desnutrição, causada pela falta de alimento; ou a obesidade, provocada pelo consumo inadequado de alimentos; e os demais problemas nutricionais da comunidade escolar.

Um profissional de nutrição inserido no ambiente escolar tem acesso facilitado à realidade dos alunos, pode acompanhar a necessidade de cada um e realizar um trabalho individualizado, colaborando na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Afinal, uma criança ou um adolescente bem alimentado assimilam de maneira mais simples e fácil o conhecimento exposto na sala de aula.

De acordo com a nova legislação, o FNDE propõe que, ao menos uma parte da alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar. Essa proposta repercute um novo procedimento para a elaboração da merenda diariamente, uma vez que alimentos frescos chegam à escola e precisam ser incorporados ao cardá-

pio. Para que essa cadeia de produção e consumo seja respeitada e realmente aconteça é necessário que as pessoas envolvidas na elaboração das refeições saibam realmente o que fazer e como aproveitar melhor cada alimento, por isso, a importância de um nutricionista que elabore cardápios e acompanhe o manuseio, a armazenagem, o preparo e o consumo de uma alimentação balanceada.

Como presidente da Frente parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional e preocupada com a segurança alimentar esta parlamentar considera que não basta termos quantidade, precisamos de qualidade na alimentação escolar e a presença de nutricionistas nas escolas nos deixa em condições de darmos um salto de qualidade na alimentação escolar que é oferecida às nossas crianças e adolescentes, garantindo alimentação balanceada e inculcando desde já hábitos saudáveis de alimentação.

Considerando que a Constituição Federal estabelece no seu artigo 24 inciso IX que legislar sobre educação é competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios e pensando na qualidade da alimentação escolar e consequente qualidade do ensino é que esta Deputada solicita o apoio de todos os Parlamentares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 557/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a criar a Secretaria de Estado da Juventude.

Art. 2º Compete à Secretaria de Estado da Juventude:

I - a formulação de políticas e a proposição de diretrizes ao Governo do Estado voltadas a juventude;

II - a coordenação da implementação das ações governamentais voltadas para o atendimento aos jovens;

III - a formulação e a execução, direta ou indiretamente em parceria com entidades públicas e privadas, de programas, projetos e atividades para jovens;

IV - o apoio a iniciativas da sociedade civil destinadas a fortalecer a auto-organização dos jovens;

V - promover e incentivar intercâmbios e entendimentos com organizações e instituições afins, de caráter nacional ou internacional;

VI - promover o desenvolvimento de estudos, debates e pesquisas sobre a vida e a realidade da juventude;

VII - conscientizar os diversos setores da sociedade sobre a realidade da juventude, os problemas que enfrenta, suas necessidades e potencialidades;

VIII - promover campanhas de conscientização e programas educativos junto a instituições de ensino e pesquisa, veículos de comunicação e outras entidades

sobre problemas, necessidades, direitos e deveres dos jovens;

IX - promover cursos visando a formação de jovens líderes.

Art. 3º A estrutura básica da Secretaria de Estado da Juventude será a seguinte:

I - um Secretário de Estado;

II - Conselho Estadual da Juventude;

III - Conselho de Orientação;

IX - Coordenadoria de Programas para a Juventude.

Art. 4º O detalhamento da estrutura básica, as atribuições e competência de seus dirigentes serão fixados por decreto.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados do IBGE, o Brasil conta com o maior contingente de jovens entre 15 e 24 anos. O que seria uma ótima notícia, transformou-se numa das mais sérias dificuldades que o País enfrenta.

É inegável que essa imensa massa de jovens enfrenta grandes dificuldades como o desemprego, a violência urbana, o consumo de drogas, a constante exposição à morte, entre outros. A ausência de políticas específicas para essa faixa da população é um antigo e grave problema em razão da falta de investimentos em educação, cultura, esporte e lazer e opções de trabalho.

Experiências bem sucedidas, realizadas tanto no Brasil quanto no exterior, demonstram que estimular o protagonismo juvenil e a força criativa do jovem vem se provando uma maneira eficaz de enfrentar os desafios gerados por este quadro crítico. Para isto, o jovem deve ser encarado como pessoa capaz de participar, ampliar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementados pelo Governo ou pela sociedade civil.

As políticas públicas em geral, elaboradas pelo Governo Federal, até agora se mostraram apenas compensatórias ou essencialmente procuraram corrigir as desigualdades e demandas mais urgentes ou gritantes.

A Secretaria da Juventude já foi criada em Estados como Amapá, Acre, São Paulo, Goiás e Brasília e tem desenvolvido um bom trabalho.

Portanto, o presente projeto tem o objetivo de que o Estado do Paraná, também crie a sua secretaria e passe a ser reconhecido no País como o Estado que possui uma política séria para seus jovens.

Portanto, peço a atenção especial desta Casa Legislativa a este importante projeto, com a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 558/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação da Melhor Idade do Mar de Ipanema, com sede e foro no Município de Pontal do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/10/09.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Melhor Idade do Mar de Ipanema, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Pontal do Paraná, tem por finalidade promover a integração dos idosos junto à comunidade do Município de Pontal do Paraná e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos usando esse espaço aqui na tribuna para cobrar, evidentemente, do Secretário da Fazenda, o pagamento está atrasado dos servidores da Educação. Professores, desde outubro do ano passado, têm o direito de serem promovidos na carreira e solicitaram essa promoção. Isso dá uma diferença de 25% no salário, protocolando o seu título de pós-graduação. E desde o momento que protocola, o Estado passa a dever para o professor essa promoção. Ocorre que até agora esta promoção não foi efetivada no contracheque, no salário dos professores. Milhares de professores estão aguardando esse pagamento, assim como os funcionários de escola, que desde o dia 7 de janeiro deste ano vários funcionários protocolaram a sua solicitação para a promoção. Para alguns funcionários a diferença é de 30% do salário, para outros é 25%, para outros chega a 20%. Desde o momento que protocolaram têm o direito de receber retroativamente ao protocolado. Acontece que o programa não tem sido feito, já ultrapassa 50 milhões essa dívida acumulada que o Estado tem com funcionários e professores.

A Secretária Yvelise, nesta semana, informou o pagamento que deve acontecer em folha complementar no dia 15 de outubro. E tínhamos entendido que o pagamento viria com todo atrasado. Mas ontem ela explicou, vai ser a promoção referente ao mês de outubro. Um mês

apenas. E os outros meses que não foram pagos, e que a lei determina que tem que ser pago retroativo ao protocolo, estamos cobrando o pagamento imediato, porque os professores e os funcionários de escolas têm o direito de ter a promoção.

O Estado tem orçamento próprio para a Educação. Esse recurso vai acabar sendo acumulado no final do ano e muitas vezes, como tem acontecido a cada dezembro, ele é jogado para o ano seguinte sem quitar a dívida que tem dentro do exercício. Isso está errado, não concordamos com essa metodologia da Secretaria da Fazenda. Por isso estamos nesta tribuna cobrando. Não é a primeira vez que usamos essa tribuna para fazer essa cobrança.

Se não tivesse, lá no Banco do Brasil, dinheiro suficiente para fazer o pagamento, até era compreensível. Mas tem! Os 30%, no mínimo, que têm que ser aplicados na Educação, foi determinado por esta Casa aqui em 2007, quando aprovou a Emenda nº 021, que passou a valer a partir do dia 7 de agosto do ano passado. Portanto, o Paraná tem obrigação de aplicar no mínimo 30% dos seus impostos em Educação.

Não é os 25% como a Constituição determinava até 7 de agosto de 2007. Foi uma luta que travamos que precisa ir para além do papel. Não basta estar na Constituição, é preciso ser aplicado esse recurso.

Em função também de outras reivindicações que a categoria têm, tanto professor quanto funcionário, no dia 15, Dia do Professor, a nossa categoria vai se concentrar às 9h da manhã, na frente do Palácio, para conversar com o Governo, para cobrar essa e outras reivindicações que estão pendentes. Às 14h do dia 15, Dia do Professor, aproveito esse espaço para convidar a todos e a todas, inclusive os servidores públicos como um todo, para Audiência Pública que, junto com a Comissão de Saúde da Assembleia, estamos organizando aqui nesta Casa, para debater a saúde do servidor público no Estado do Paraná, que não está boa. Os servidores estão descontentes e é preciso mudar o modelo que cuida da saúde do servidor público. O SAS não atende mais o interesse do setor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaense que nos acompanha pela TV, registramos a visita, com muita honra, do Pastor Roberto Conceição da Costa, da Igreja Assembleia de Deus de São José dos Pinhais, cuja igreja, tendo como o presidente da convenção o Pastor Ivaldo Teodoro promove neste sábado o encontro de obreiros de São José, com a presença de Pastores do Paraná todo.

As boas-vindas aos universitários e o desejo de que um dia o formando, ao receber o canudo, depois de mui-

tos anos de estudo, não venha mais na fila do desemprego. Porque tem tanta gente que faz uma festa bonita na formatura e no outro dia depara com a grande realidade que é o mercado de trabalho muito pequeno, que não oferece emprego a todos os formandos.

Registramos da Cidade de Ibiporã, e-mail do Marcio Roberto Bertoni:

Olá, Deputado Antonio. Meu nome é Marcio e moro na Cidade de Ibiporã. Venho pedir a V. Exa. que me ajude com a Prefeitura de minha Cidade a recuperar minha rua, pois o asfalto já sumiu e eu liguei para arrumar mais de 10 vezes e vejo que o Prefeito só apareceu por aqui no dia das eleições. Como meu voto e de minha família foi para o senhor, e como é de meu conhecimento que o senhor vai atrás mesmo venho pedir seu auxílio para esse caso. Conto com sua boa vontade e aguardo contato. Abraços. Marcio Bertoni.

Não é atribuição de Deputado, mas tomei a liberdade de ligar para o Prefeito de Ibiporã, José Maria Ferreira, grande amigo do Presidente Nelson Justus e, de maneira gentil o Prefeito vai mandar arrumar os buracos da rua do cidadão.

É nossa obrigação atender com alegria os paranaenses que se dirigem até nós.

E-mail do Sidnei Gonçalves:

Prezado Deputado Belinati. Obrigado pelo apoio ao subsídio para nós policiais militares do Paraná. Estive na Audiência Pública e ouvi atentamente seu pronunciamento, lembro que o senhor comentou que não necessitaria da sanção do Governador do Estado em caso de aprovação da PEC do Subsídio. Pergunto: caso seja aprovada a PEC pelos 33 Deputados, que se faz necessário, ela precisará ou não da sanção do Governador? É que existem grupos dizendo ao contrário. Eis a razão da pergunta.

Conte sempre comigo. Subtenente Gonçalves.

Ele está preocupado de quando votarmos o subsídio, que vai melhorar o rendimento dos policiais, se vai depender ou não da sanção do Governador Requião.

Não vai depender não, porque o Governador está abaixo da Constituição. Agora já temos 26 assinaturas para melhorar o salário que está defasado em 30% dos policiais. Quando for implantado o subsídio, eles terão uma recuperação dessa perda de mais ou menos 30%. Temos 26 assinaturas de Deputados são necessárias 33 assinaturas para que os nossos valorosos policiais conquistem esse direito que já faz 11 anos que faz parte da Constituição Federal e que não é respeitado aqui no Paraná.

E-mail da Dona Ana Schul, de Curitiba. Ela levava seu cachorro para passear, do lado da nossa cara, 20 metros da cara do Governador Requião, e ela lembra que a área aqui perto onde está o comando que manda no Paraná tem traficantes, desocupados, lembra inclusive que a esposa do Governador é diretora do museu, adolescentes estão tomando "tubão", cerveja vendida até para menores de idade e até no próprio museu. É uma coisa

grave se estiver acontecendo. Ela denunciou até para o 181 e esperamos que tanto ela como as demais pessoas possam ter tranquilidade para sair passear.

Quando vemos que na cara do Governador Requião a pessoa não pode caminhar nem no domingo pela manhã, imagine como está a segurança no resto do Paraná!

(Lê):

Venho através desta, nobre Deputado, relatar que nos fins de semana, por vários anos, levo meu cachorro para passear no popular “cachorródromo”, nas imediações do Museu Oscar Niemeyer e Bosque do Papa, atrás da Secretaria da Segurança Pública, atrás da Casa Militar, Companhia Independente e Palácio do Governo, onde nosso Governador e Secretário da Segurança trabalham, lembrando que também nas terças-feiras tem a “escolhinha” de Governo! Então, nos finais de semana não estou podendo mais ir até lá, pois é impossível, os traficantes tomaram conta do parque e mais, no pátio do museu e da Secretaria da Segurança Pública está cheio de menores, adolescentes tomando o vulgo “tubão” e cerveja, que por sinal é vendida no Café do Museu, e por várias vezes foi denunciado para o 181, administração do museu, administrado pela senhora esposa do Governador, para o CPC da Polícia Militar e para própria Companhia Independente e não tive resposta, sequer nenhuma ação foi tomada por estes órgãos, e mais, se nosso Secretário não cuida nem destas imediações que estão ao seu lado, como vai cuidar de um Paraná inteiro? Isto acontece no pátio da Secretaria da Segurança Pública e no Museu Oscar Niemeyer. Se o senhor quiser confirmar é só passear nesta região aos sábados e domingos após as 17h, é um verdadeiro descaso por parte de nossas autoridades. Agradeço desde já. Obrigado por executar este desabafo.

E-mail da Isabel Cristina Gonçalves:

Prezado Sr. Deputado Antonio Belinati. Agradecemos o empenho e contamos com seu potencial de articulação e mobilização em Brasília para precionar os Deputados Federais para aprovação do Projeto de Lei nº 2295, que trata da jornada da Enfermagem e o Projeto de Lei nº 4924/09, que fixa o piso salarial da Enfermagem. Saudações.

Agradece o nosso apoio, porque é uma luta para reduzir a jornada de trabalho de enfermagem e está pedindo o nosso apoio junto aos Deputados Federais.

Temos que dar todo apoio a essa redução de trabalho. Vai dar um descanso para quem está trabalhando, um pouco de descanso, e vai abrir um grande mercado de trabalho para quem está desempregado no Paraná e no Brasil.

E-mail da Sra. Lourdes Brittes:

Sr. Deputado. Quero deixar minha indignação pelo que presenciei hoje pela manhã (06/10/09). Na minha frente estava um ônibus escolar, desses novos que o Governador requiã doou para as escolas. Desse ôni-

bus desciam pessoas que iam consultar no Hospital de Clínicas. Esses ônibus também são para uso da Saúde? Pela manhã não teria que estar levando os alunos para a escola? Chovia muito naquele horário. Será que as crianças conseguiram chegar às escolas naquela chuva? Placa ARB 6016, número ME 003 - Prefeitura de Campo Magro. Obrigada. Lourdes. Assisto pela TV SINAL, todos os dias, os nobres Deputados.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Quero dizer que tem gente que não gosta que eu leia e-mail, mas não estou para agradar quem não gosta que eu leia. Estou aqui para atender o que o povo pede. Se não fosse o povo eu não estaria aqui agora, estaria em casa. No ano que vem, quem não atender bem o povo não vai ter o nome nesse painel não.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado, não me canso de ouvir os seus discursos e dizer que é um orgulho. Quando eu tinha apenas quatro anos V. Exa. já era Vereador em Londrina. Gostaria de cumprimentar V. Exa. por ler os e-mails e deve continuar lendo. É a vontade do povo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

V. Exa. é um homem que gosta do cheiro do povo também. Um dia um Presidente do Brasil tinha a chance de ser reeleito, Presidente Figueiredo. Ele foi realizar uma feira em Goiânia, estava olhando uma feira de cavalos e um jornalista perguntou a ele: “O senhor gosta de cavalos?” Gosto mais do cheiro do cavalo do que do cheiro do povo”. Acabou a carreira dele. Como o próprio Pelé poderia um dia ser Presidente do Brasil, um dia falou uma besteira: “O povo brasileiro não sabe votar”. Olha o poder da língua, às vezes em dois segundos você liquida para sempre a sua carreira política.

Muito obrigado, Dona Lourdes. A senhora está certa. Se é para a área de Saúde, tem que ter ônibus para a área de Saúde, para atender, cuidar bem da saúde do povo. Se é ônibus para transportar crianças para a escola, não dá para desvirtuar, porque daqui a pouco começam a usar ônibus para futebol, para baile, aí já ninguém mais sabe para onde está indo o ônibus, para levar veranista para a praia, para o Nordeste do Brasil. A Dona Lourdes está muito correta. Quer dizer, é ônibus para transporte escolar, tem que estar à disposição das crianças.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Antonio Belinati, concordo com V. Exa. Aliás, os ônibus que o Governo do Estado repassou, foi dado curso para que o motorista pudesse dirigir com mais cuidado para transportar nossos alunos do Paraná. E evidentemente eles não podem sofrer desvio de função, porque aí as coisas se desorganizam.

Concordo com V. Exa. também, nos e-mails que V. Exa. lê. Volto a repetir a invejar que tenho de V. Exa, porque gostaria tanto de receber.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sou um cara tão feio, Deputado, não precisa ter inveja não.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Não, gostaria de receber e-mails da população do Paraná. E vou aproveitar mais uma vez para repassar meu e-mail: neivoberaldin.com.br. Claro que se eu receber e-mails da população pedindo para que eu leia na tribuna, vou ler. Tomara Deus que eu receba e-mails, porque quero também seguir, como V. Exa. está fazendo, ler os e-mails, as reivindicações da população.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Mas, já “leveí pau” de gente que achava que eu não tenho que atender o povo. Mas, vou atender o povo, sim.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Tem que atender o povo, claro! mas quero passar o e-mail para que eu também possa ler, como V. Exa. esta fazendo, com brilhantismo. E certamente agradando à população do Paraná. V. Exa. acabou de anunciar a presença...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

O Deputado Neivo Beraldin está chorando! Alô, Paraná! Manda uns e-mails para o Neivo Beraldin, vamos dividir o pão com o Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Vamos dividir. Agora, V. Exa. acaba de receber os Pastores de São José dos Pinhais, Município onde estarei hoje à noite. V. Exa. com tanta cordialidade, com tanta simpatia, certamente V. Exa. está no caminho certo recebendo e-mails. Farei o mesmo.

Grande abraço e muito obrigado pelo aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

E-mail do Sr. Adalberto José Galvão, sobre a greve dos bancários.

Sr. Antonio Belinati, bom-dia. Espero que o senhor esteja bem de saúde, que seus dias venham sendo de excelente aproveitamento. Assim eu espero, de coração. Mas não posso dizer de mim o mesmo. Com esta greve dos bancos eu estou sem receber desde o dia 1º, pois minha empresa sempre nos paga no último dia do mês. Minhas contas são todas programadas para serem pagas a partir do dia 5 de cada mês, mais isto eu não estou fazendo, pois não consigo trocar o cheque do meu pagamento. Não tenho conta em banco para sacar em caixa automático, meu salário é pago com cheque, pois a empresa que trabalho é pequena e só nos paga em cheque, pois nem nosso patrão não tem como sacar nos cai-

xas, pois no banco onde ele tem a conta ele não entra, pois os grevistas colocam aquela faixa na frente impedindo a passagem das pessoas, assim cerceando o direito constituído pela nossa Constituição de ir e vir. Sei que o direito de greve é garantido, fico feliz por isto, mas o senhor sabe, e 100% dos brasileiros, que isto de greve só serve para funcionários públicos, isto não é discriminação e sim constatação, já vi várias greves na iniciativa privada e no passar de um ano todos aqueles envolvidos na greve já não trabalham mais na empresa. Isto é cultura de boa parte dos empresários no Brasil. Já na rede pública isto não tem como acontecer, pois todos têm estabilidade em seus empregos. E só nós somos os comediantes, os mal-educados, os agressores. Eles só riem da gente. Hoje você como contribuinte, se for um pouco mais duro com um funcionário público você pode ser até preso. Como cidadão normal você não é nada. E no nosso País certas leis hoje são mais vergonhosas ainda. Sei que isto deve ser encarado com um desabafo. Não tenho amparo legal para nada, pois eu entro e saio sem ser notado, pois sou apenas um reles cidadão brasileiro e isto me coloca na qualidade de nada para nada. Infelizmente é assim que a grande maioria dos brasileiros se sente. Apenas nada. Sem mais nada, desde já fica meu agradecimento, pois não vou solicitar nada, só posso me indignar, e rezar! Obrigado. Adalberto J. Galvão. Apenas um brasileiro sem identidade de cidadão brasileiro.

Ele diz que na empresa particular a pessoa tem até medo de fazer greve, mesmo que tenha direito, porque depois ela acaba sendo demitida. E também fala que pela Constituição temos o direito de ir e vir, mas ele está reclamando que como clientes, nem ele e nem o patrão, conseguem entrar no banco para sacar o dinheiro e com isso ele está com o cheque, mas não pode comprar nada e não pode sacar porque o banco está em greve.

Sr. Adalberto, queria dizer ao senhor que no serviço público o salário do pessoal também está achatado há muito tempo. Então, apoiamos a greve dos bancários, mas tem essa outra situação que o Sr. Adalberto está dizendo, porque a pessoa recebe o pagamento em cheque e precisa comprar mantimento, precisa comprar remédio, tem conta para pagar e eles cortam telefone e luz se a pessoa não pagar. É um transtorno muito grande para quem depende de sacar o cheque para poder honrar os seus compromissos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Sthephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Presidente Nelson Justus, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores.

Queria abordar a situação ocorrida em São Paulo nesta semana, principalmente relativo àquela Fazenda Santo Henrique, em Borebi, interior de São Paulo. Aquilo que aconteceu lá e mais um aviso ao Brasil do que é o MST, do que representa o MST.

Tenho dito aqui, da tribuna, que infelizmente o MST se transformou num movimento político, e principalmente, os seus líderes são verdadeiros bandidos, criminosos, deveriam estar presos. Eles invadiram agora esta semana essa fazenda, não satisfeitos tiraram 400 funcionários que lá trabalhavam na colheita de laranja, muitos eram colonos e moravam lá, é uma fazenda que tem mais de um milhão de pés de laranja com mais de cinco anos de vida, esses pés produzindo a pleno vapor, pegaram os tratores da fazenda, são 28, e começaram a derrubar os pés de laranja. Além disto, quando foram filmados, o que fizeram? Colocaram areia nos 28 tratores, deixaram funcionando até fundir os motores; depois saíram com um dos caminhões da propriedade com uniformes, maquinários, e a Polícia pegou-os roubando o maquinário da fazenda.

É assim que age o MST, sempre, aqui no Paraná diversas vezes, tem a Fazenda Syngenta aqui no Paraná, uma área que se fazia, dentro da lei, algumas experiências genéticas com relação a transgênicos, que não serve para a reforma agrária, e eles invadiram; no Rio Grande do Sul da mesma forma com a Aracruz, pegaram a fazenda, papel e celulose, eles tinham um centro de pesquisas, que foi destruído; não satisfeitos foram ao porto, no Espírito Santo, jogar tinta nos papéis de exportação da empresa. São marginais, bandidos, não poderiam fazer o que fazem, e o pior, usam pessoas que precisam de ajuda, de emprego, pessoas humildes, pessoas simples que precisam de todo tipo de infraestrutura, como massa de manobra. Os seus líderes tinham que estar presos.

Infelizmente há partido político que apoia esse tipo de coisa e que o defende. Não servem para nada essas pessoas.

A reforma agrária se faz apoiando o filho do agricultor para que ele fique no campo. O MST, infelizmente, está sempre ligado ao PT.

Mas além disso eu queria abordar um outro assunto. Ontem a Lei do Estrangeirismo foi derrubada na Justiça. Era uma lei que esta Casa aprovou, uma mensagem do Governo, que dizia que toda publicidade, propaganda no Paraná, tinha que ter nome estrangeiro traduzido para o português do mesmo tamanho. Eu fui um dos poucos Deputados que votou contra essa lei. Quero que vocês prestem atenção, porque temos feito muito isto: o Governo manda aqui a lei, normalmente radical, sem examinar corretamente, e os Deputados, infelizmente, têm agido como carneirinhos, têm votado sem analisar o mérito, sem se aprofundar. E o que acontece? Vai para a Justiça a lei, a lei diz que é inconstitucional.

Essa não foi a primeira e não vai ser a última. Acho que neste mês ainda de outubro, outras leis volta-

rão por serem inconstitucionais, votadas pela grande maioria da Casa. Essa fazia com que, por exemplo, o nome do Volkswagen, nos seus trabalhos de publicidade no Paraná, tinha que ter lá Carro do Povo, grande, do mesmo tamanho. Isso tem o problema de custo, problema de logística, porque isso é feito no Brasil, tem que fazer separado para o Paraná. Há um problema até legal do respeito à liberdade de imprensa, liberdade de expressão das pessoas, porque os outdoors têm que ter tudo modificado para o Paraná, além disso a única pessoa multada seria o pequeno comerciante, tenho certeza, o dono do cachorro-quente que estará escrito lá: hot dog. Esse levaria multa, que é de R\$ 5 mil. Seria chantageado e levaria multa.

Seria isso. Que esta Casa se atenha, independente de querermos aprovar um projeto, de ser aliado, mas que se aprofunde no mérito, na legalidade. Há muita coisa aqui que é declarada legal e que é ilegal. Infelizmente temos que tomar mais cuidado com as leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de anunciar que a Bancada de Oposição tem procurado, por inúmeras vezes, trazer o Secretário da Segurança Pública aqui para esta Casa. Num primeiro momento, na Comissão de Segurança, não tivemos êxito. Transformamos a convocação num convite, não veio. No plenário também foi convidado, não veio. Foi apresentado um requerimento convocando o Secretário e foi rejeitado. O Deputado Valdir Rossoni apresenta um requerimento, ele não foi aceito, mas entendemos, até por uma questão regimental, matéria rejeitada não pode ser apresentada na mesma Sessão, ou seja, menos de um ano, a não ser que se colha a maioria absoluta das assinaturas dos Deputados. Tem que ter, no mínimo, 28 assinaturas. Quero pedir à nossa assessoria que protocole, neste momento, o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, contendo 30 assinaturas, para convocar o Secretário da Segurança Pública. Solicito também à nossa assessoria que distribua para a imprensa cópia desse requerimento. A sociedade do Paraná está ansiosa para saber as explicações necessárias por parte do Sr. Secretário da Segurança Pública.

Outro assunto que trago hoje é sobre aquilo que foi anunciado na imprensa desta semana, que a SANEPAR, na reunião realizada no dia 18 de setembro, o Conselho de Administração autorizou o Superintendente a repassar para o Governo do Estado o abastecimento de água, ou seja, o reservatório de Iraí. Ora, a SANEPAR não é proprietária dessa água. Há uma concessão do Município para a SANEPAR. Como a SANEPAR vai doar um bem

que não lhe pertence? A concessão que a Prefeitura de Curitiba deu para a SANEPAR vai vencer em 2031, e se a Prefeitura não renovar a concessão com a SANEPAR retorna tudo para o Município.

Li o Jornal do Estado de ontem que é a mesma coisa o inquilino pagar aluguel do imóvel e vender esse imóvel para pagar sua dívida. Isso não existe, não tem cabimento.

Usei a tribuna na segunda-feira e ontem disse que o Governador Roberto Requião era um colecionador de derrotas judiciais. Agora, mais uma aberração que o Governo está fazendo através da sua empresa, a SANEPAR. Acho que o Município tem que tomar as medidas. Eu vi que a Câmara Municipal de Curitiba, através dos Vereadores, a quem compete efetivamente tomar as providências, já convidou o Presidente da SANEPAR para dar explicações. Mas, no meu entender, o Prefeito de Curitiba Beto Richa, não pode permitir que isso venha correr solto na imprensa do Estado do Paraná, fazer com que o Governo anuncie que vai doar o seu patrimônio para o Governo do Estado.

Tenho certeza, e espero que o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, que é um homem sério, correto, honrado, que tem a preferência da população pela forma como ele administra o Município, que com toda certeza a sua assessoria jurídica deve estar estudando medidas para entrar na Justiça para que isso não venha se viabilizar. Porque se isso for viabilizado, com toda a certeza a Justiça vai derrubar. Derrubar mesmo. Mas o Prefeito de Curitiba não pode permitir que isso aconteça, que se brinque com o patrimônio, que se faça de conta.

Acho que o nó que o Governador quis destacar, que é o Grupo Dominó, ele não conseguiu e dificilmente vai conseguir. Então, para dar uma explicação para a sociedade: “Olha, eu quero fazer com que o Grupo Dominó tenha uma participação menor na formação do consórcio da empresa SANEPAR”. Esse, acho que é o único argumento que o Governo teria para querer justificar mais uma dessas suas atitudes: “Eu acabo com o pedágio. Eu rompo o contrato. Eu faço isso. Faço. Acabo com os transgênicos. Nada pode acontecer”. Perdeu tudo na Justiça. Agora, quer repassar para o Estado do Paraná, através da sua empresa SANEPAR, um bem que não lhe pertence, um bem que foi cedido por comodato através da Prefeitura de Curitiba. E esses são bens reversíveis, não são objetos de alienação, nem de penhora, e muito menos para doação.

Muito obrigado.

o SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Deputado Valdir Rossoni, acompanhando pela imprensa as notícias, na reta final, das filiações partidárias, veio à minha memória uma situação que eu, pessoalmente, passei enfrentando o PMDB na minha região. Eu, como candidato a Deputado, enfrentando o Governo com toda essa máquina que tem aí, máquina que começou a diminuir, começou a andar mais lenta. Acho que furou o pneu, algum pneu furou. Na região de Campo Mourão tínhamos cinco Prefeitos, o PPS foi aliado do PMDB no primeiro mandato do Governo Requião, na verdade no segundo, porque agora ele está no terceiro. Então, no segundo turno, que é o nosso Presidente, em uma grande reunião que fizemos decidimos apoiar o Governador Requião contra o Álvaro Dias, do seu partido, na época. Aí, o PMDB ganhou as eleições, e o nosso partido aliado, com o passar de algum tempo, poucos meses, começou uma história de cooptar, buscar as lideranças do PPS. Então, pegavam Vice-Prefeitos, Prefeitos, e com a promessa de obras na Cidade: asfalto, casa popular, promessas, enfim, mundo e fundos, e o PMDB no poder.

Nós do PPS nos retiramos do Governo, rompemos com o Governo e denunciemos essa atitude que não é democrática, que não concordamos. Mas, tudo bem. Ficamos quietos. Fomos para a Oposição. Eu me elegi Deputado, vim aqui fazer Oposição, estou cumprindo com o meu papel, vou até o fim desse jeito, cobrando do Governo atitude.

Ouvi agora o Líder da Oposição solicitar a convocação do Secretário da Segurança. Quero parabenizar todos os Deputados que assinaram esse documento. A Assembleia mostra com isso para que ela existe. A população lá fora está clamando por segurança. Eu vi na imprensa algumas lideranças do PMDB reclamando que o PSDB estava atraindo lideranças de vários partidos, até do PV, que há lideranças que saíram do PMDB agora para irem para outros partidos.

Estou fazendo esse pronunciamento para contar um fato que aconteceu comigo, quando candidato. De possíveis cinco Prefeitos que estariam dispostos a me ajudar na campanha, nenhum deles me ajudou. Ele foram ajudar os candidatos do PMDB. Agora estou vendo o PMDB levar o troco de vários partidos. As lideranças estão deixando o PMDB e estão indo para o PV, para o PSDB e outros partidos. Nem vou citar o PPS.

Deixar claro e registrar que não tem subida sem descida. O PMDB chegou no Governo com força e levou muitas lideranças para lá. Como o Governo está enfraquecendo, a população está vendo que as promessas não estão sendo cumpridas, muitas lideranças estão abandonando o barco.

As lideranças do PMDB que reclamaram e esbravejaram que o Secretário não sei do quê foi para outro partido e tal, dizendo que é ingrato, eu poderia dizer que os Prefeitos da época, que deixaram o PPS para ir à base do Governo também foram ingratos. Mas eu não disse isso. Eu apenas gostaria que, na época, eles tivessem cumprido aos Prefeitos o que foi prometido. Porque

houve Prefeito que nem pôde ser candidato à reeleição, à época passada, porque o próprio Governo não cumpriu com os compromissos que tinha prometido, obras no seu Município. O Prefeito mudou de partido e depois teve vergonha, porque não teve espaço para ser candidato. Ele obedeceu ao Governo e depois não pôde ser candidato. Os que fizeram assim não devem reclamar, porque: “Quando é para mim vale. Quando é para os outros não.” A regra é para todos.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Boa-tarde a todos.

Deputado Stephanes, sei que o senhor não pode solicitar aparte, mas também não vou tratar do assunto que V. Exa. tratou aqui, até porque temos opiniões completamente diferentes. Acho que é essa a riqueza e o sentido do Parlamento. Temos, sim, uma opção explicitada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que são nossos aliados. Não temos a menor dúvida de que lado estivemos, estamos e estaremos. Não temos a menor dúvida que o MST é hoje, sim, com todos os seus acertos e erros, é responsável em colocar na ordem do dia à reforma agrária no Brasil. É claro que respeitamos todas as opiniões e não poderia ser diferente. E com todos os erros que acontecem, deste ou daquele lado, porque não há erros só do MST, há erros pontuais aqui e ali, assim como há erros do MST, certamente, V. Exas. há de convir que quando vemos informações, por exemplo, dando conta de que terras públicas na Amazônia, não são 10 mil, ou 5 mil, são 150 mil a 300 mil hectares que são, de forma irregular, ocupadas, desmatadas para fazer pasto, terras públicas que são, muitas vezes, como recentemente vimos aqui um grande empresário, um dos maiores empresários brasileiros, recentemente falecido, que se dizia dono de 6 milhões de hectares, aliás quase o Estado do Pará todo, incluindo terras indígenas, incluindo Cidades, incluindo outras propriedades, aí parece que pode. Acho que não pode, nem de um lado, nem de outro. Os excessos que são cometidos aqui e ali, de nossa parte, levados em conta, sempre são colocados aqui. Agora, é óbvio que entendemos que há opiniões diferentes, mas de jeito nenhum, em hipótese alguma, consideramos a direção do MST bandida ou criminoso, até porque também não considero que a direção do CNA sejam bandidos, sejam criminosos, por terem muitas vezes pessoas que fazem parte da confederação e fazem atos que desabonam.

Mas não é esse o tema aqui, Deputado Stephanes. Na verdade, venho aqui muito mais para pedir a solidari-

idade, Deputado Rossoni, que sempre foi prontamente atendida, desta Casa, para os bancários, que estão em greve há 15 dias. O sistema financeiro nacional é um dos mais lucrativos, senão o mais lucrativo do planeta. Teremos uma negociação hoje, por volta das 17h, esperamos que haja uma proposta da FENABAN. Por que estou colocando isso? Desde o início da greve houve uma única negociação com os banqueiros até agora, e a greve, diferentemente do que se pensava, tomou uma proporção muito maior do que a que era inicialmente, ou seja, a greve dos bancários hoje é uma greve fortíssima, em cerca de 65 a 70% dos Municípios do Brasil. E não é só no Banco do Brasil e na Caixa Econômica; é no HSBC, apesar de estar usando helicópteros para levar os seus funcionários, aqui em Curitiba especificamente; é no BRADESCO, onde não há interdito proibitório; é no Itaú; no Banco Real; no Santander, enfim, todos os principais e mesmo aqueles que não são principais, todos os bancos do Brasil, o que prova que a categoria bancária organizada sabe, sim, fazer as suas reivindicações, sabe porque está em greve.

Hoje um dos principais motivos da greve é a proposta a PLR - Participação dos Lucros e Resultados, que aliás é uma conquista dos bancários, que depois foi estendida a outras categorias, a recomposição da inflação e ganho real, o que acho justíssimo! Afinal, o País está crescendo, os bancos foram socorridos, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, são dezenas de bilhões de reais que foram colocados para que o sistema financeiro não quebrasse. Quando se reduz o IPI dos automóveis não é apenas para os automóveis, isso propicia que o financiamento seja feito e esse financiamento tem um retorno diretamente na caixa dos bancos.

Então, Sr. Presidente, vamos apresentar uma moção aqui para que a FENABAN e os bancários possam ter um canal de negociação e a população possa ser atendida.

Essa Presidência sempre teve a gentileza de nos atender, trouxemos os bancários várias vezes aqui, é um segmento da população que atende a classe média, atende as classes mais pobres, mas atende basicamente a classe média, e é um segmento extremamente importante na nossa economia. Por isso, acho que os bancários que têm hoje assembleia no final da tarde, ou talvez amanhã, estão de parabéns, porque sabem enfrentar um dos segmentos talvez mais fortes da nossa economia que é o segmento dos banqueiros. Um segmento organizado, a FENABAN é organizada, tem um poder imenso sobre toda a economia e sabemos que este poder muitas vezes acaba tendo um peso muito grande. Que tenhamos bom senso, diversas Assembleias e Câmaras de Vereadores em todo Brasil ontem e hoje já estão se manifestando para que tenhamos uma negociação levada a bom termo e com isso poderemos, já na semana ou no início da próxima semana, restabelecermos esse que é um serviço, senão essencial nos moldes do que diz a Constituição, mas é um serviço fundamental para atender milhares ou milhões de pessoas

que neste momento estão sendo prejudicadas pela intransigência daqueles que não querem abrir negociação. Tenho certeza que, aberta esta negociação, teremos aí nas próximas 24 ou 48 horas uma solução para esse impasse.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Explicando aos Srs. Deputados que, por determinação da Mesa Executiva da Casa, o Deputado Elton Welter coordena o Centro de Operações Legislativas, o nosso COPELEGIS, que nós, ao ouvirmos o Deputado, vamos oficialmente dar por instalado nesta Casa esse centro. Eu não tenho dúvidas, Srs. Parlamentares, que vamos e devemos nos valer muito do COPELEGIS, não só nas Audiências Públicas, mas no aperfeiçoamento dos nossos projetos, dos nossos processos. Acho que a Assembleia dá um passo muito forte para a modernidade com intuito de auxiliar, de aprimorar, de servir de bengala a todos aqueles processos, projetos, e as dúvidas que o Direito Constitucional ou não, nos apresenta. O que é moral dentro de qualquer legislação, de qualquer legislatura.

Por essa razão, esta Presidência sente-se honrada em passar a palavra ao Deputado Elton Welter, para que oficialmente, com a presença do corpo diminuto, mas de muita qualidade do nosso Centro de Operações Legislativas, dê por instalado esse centro.

Com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PP)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Pares, povo do Paraná.

Sinto-me honrado também em poder apresentar o Centro de Operações Legislativas do Paraná.

(Lê):

“Entre as atribuições da 3ª Secretaria, na distribuição das tarefas de administrar esta Assembleia Legislativa, entre os membros da Comissão Executiva durante a atual gestão, foi a mim deferida a função de supervisionar a implantação do Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS.

O COPELEGIS é mais uma inovação da atual Direção desta Casa, presidida pelo Deputado Nelson Justus, no sentido de modernizar e dar eficiência e transparência nas atividades legislativas, bem como em todas as demais ações dos Parlamentares desta Assembleia.

Sempre foi um anseio nosso, assim como uma vontade do Presidente Nelson Justus, esta Assembleia dispor de uma assessoria com a qualificação e presteza que um Parlamento necessita, vez que somos compelidos a nos posicionar e decidir sobre os mais amplos e com-

plexos assuntos que envolvem as necessidades dos cidadãos paranaenses.

Para tanto é preciso ouvir nossos representados, ou seja, a população, mas também recorrer a uma assessoria técnica.

O Centro de Operações Legislativas não é um órgão com a estrutura ideal, mas será um começo.

Ao se instituir um novo órgão na Casa, a primeira preocupação foi de não sobrepor estruturas. Assim, foi definido que o COPELEGIS é um órgão coordenado e subordinado diretamente à Presidência da Mesa, posto que auxiliará o Presidente nas questões de ordem formuladas por nós Deputados, bem como funcionará como ferramenta técnica para auxiliar na instrução prévia das proposições apresentadas nesta Casa, onde se deve observar a admissibilidade de uma proposição o preenchimento dos requisitos mínimos para uma proposta legislativa tramitar, para ser devidamente disponibilizada à população, através do Portal da Transparência.

É importante salientar que o exame de admissibilidade procedido pelo Presidente da Mesa Executiva em momento algum invadirá as competências regimentais conferidas às Comissões Temáticas Permanentes da Casa, em especial a Comissão de Constituição e Justiça, assim como também não será um obstáculo à livre iniciativa dos Parlamentares, ao contrário, contribuirá para a qualificação destas iniciativas.

O processo legislativo moderno obriga o Parlamento a inaugurar a fase de instrução do processo legislativo, com a publicidade de todos os seus atos, inclusive da devida tramitação dos efeitos. Para isso é preciso um órgão imparcial, independente, sem cores partidárias, isento, exclusivamente para qualificar as discussões.

Porém, o serviço que ora se disponibiliza aos Parlamentares da Casa, com a oficialização do funcionamento do COPELEGIS, é a possibilidade de, doravante, os Deputados desta Casa disporem de um órgão ao qual poderão levar suas ideias para a elaboração de proposições legislativas, onde um técnico designado, com compromisso de sigilo, por respeito à autoria, auxiliará na devida elaboração da referida proposição. Também será função do COPELEGIS assessorar as Comissões Temporárias e Audiências Públicas a serem realizadas pela Assembleia Legislativa do Paraná.

O COPELEGIS estará funcionando no 3º andar do prédio administrativo da Casa, ao lado da Procuradoria, e terá como coordenador o advogado Jeferson Abade, e representando a equipe de consultores do COPELEGIS estão presentes nas galerias deste Plenário os seguintes servidores: Lilian Harriet Wunderlich Vieira, economista; Dr. Luciano Lacerda Neto, consultor jurídico; Dr. Emanuel Antonio da Veiga Rodrigues, consultor jurídico; Dra. Maricy Portugal Werneck., consultora jurídica; Dr. Jeferson Abade, Consultor Jurídico - Coordenador Geral.”

Sr. Presidente, este momento para a Casa foi, de fato, um momento muito bem planejado e articulado por

toda a Mesa Executiva, e pela vontade política de todos os Pares desta Casa.

Tenho convicção que a visão de V. Exa., e pelo perfil dos Pares que compõem a Mesa, é no sentido de modernizar as ações do processo legislativo. Tenho convicção que, por enquanto, esta equipe apresentada é pequena, ela precisa ser aperfeiçoada e melhorada com o andar da carruagem.

É um desejo de todos os Pares desta Casa que consigamos transformar as nossas iniciativas em bons projetos para o conjunto dos paranaenses.

Tenho convicção que é visão também dos técnicos que foram designados que não será a quantidade de projetos apresentados pelos Pares, e sim, a qualidade dos debates que serão gerados aqui no Parlamento. Não tenho dúvida, por serem trabalhadores, funcionários da Casa, que na medida do tempo conseguimos aperfeiçoar o processo legislativo através do COPELEGIS, e todos sairão ganhando, principalmente o Parlamento e o povo do Paraná.

Portanto agradeço que V. Exa. deu essa incumbência. Vou precisar muito da força de V. Exa. para que, em conjunto com os demais membros da Mesa, e com a articulação com as lideranças políticas desta Casa, possamos avançar, fazer com que o COPELEGIS seja um orgulho para esta Casa. De forma alguma o COPELEGIS vai querer transpor funções junto à Diretoria Legislativa ou às Comissões Permanentes; são órgãos auxiliares de V. Exa. e dos demais Pares desta Casa.

Portanto, fico muito grato de poder, no dia de hoje, representar essa Casa e falar sobre o COPELEGIS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentá-lo, Deputado Elton Welter, bem como a toda a equipe do nosso Centro de Operações, ratificando aquilo que temos conversado bastante.

A Assembleia não é uma fábrica de leis, nem deve ser tida como tal. Aqui não fabricamos leis, temos sim outras atribuições, juntamente com a elaboração de projetos de lei. Temos que fazê-los com consistência para evitar inconstitucionalidades, para evitar atropelos, para o que criamos o Centro de Operações Legislativas, que vai assessorar a Mesa Executiva mais os 54 Deputados.

Os Deputados, muitas vezes, têm uma excelente ideia e não sabem de que maneira constitucional transformá-la em um projeto.

Estamos com um centro aparelhado, preparado para receber essas ideias, para auxiliar esses Parlamentares na formatação desse projeto. Aquelas pessoas que tencionam, mesmo não sendo Parlamentares, e virem com uma novidade, com alguma sinalização de alguma ideia nova, é bem vindo!

Esta Casa escancara sempre as suas portas para a sociedade. Esse centro pode contribuir com isso, sim, seja através das lideranças dos partidos, através das lideranças da Situação, da Oposição, e sob a orientação, coordenação do nosso Secretário Deputado Elton Welter.

Por essa razão quero cumprimentá-lo, sei da seriedade com que V. Exa. encarou esse desafio que estará, em conjunto, mixado com as Comissões Permanentes da Casa, com as lideranças dos partidos e a vontade de errarmos o menos possível.

Parabéns, Deputado, e estendo esses cumprimentos e votos de sucesso a todos os membros desse centro, que podem contar sempre com o apoio desta Presidência, incondicional, para que juntos cumpramos com o nosso papel.

O SR. ELTON WELTER (PT)

O centro ainda não tem a estrutura devida, mas vamos trabalhar em conjunto e quero convidá-los, o espaço físico é no 3º andar no prédio da Mesa Diretiva, a conhecer os colegas do COPELEGIS.

Quero pedir permissão à V. Exa. para que eles possam conversar, marcar agendas nos gabinetes dos Deputados e colocar o que está à disposição neste momento. Como é um grupo limitado, queremos trabalhar do ponto de vista de acertarmos um método para que o COPELEGIS seja um sucesso.

Tenho convicção que o processo da iniciativa de V. Exa., que levará para esses funcionários, serão guardadas com o sigilo devido e a ideia de V. Exas. será transformada num projeto ou proposição que representará a vontade da população paranaense e orgulhará o Poder Legislativo.

Gostaria de fazer uma alusão a um momento importante que o Paraná e o País vive no dia de hoje. As galerias estão tomadas aqui das pessoas coordenadas pelo nosso Delegado da Pesca, José Bichininski. E vai ser feito hoje no País e no Estado o censo aquícola. O Brasil vive um momento onde existe todo um planejamento para o setor da apicultura e pesca, no sentido de expandir o setor pesqueiro no País.

O País tem mais de 8 mil e 500 quilômetros de costa, a ser muito explorada na área da piscicultura em alto-mar. Além disso, temos toda estrutura de tanques escavados, temos a piscicultura dos nossos produtores no interior do Estado. Recentemente foi autorizada a criação do peixe em tanques rede e tantas outras medidas.

O censo aquícola, que está sendo lançado no dia de hoje sob a coordenação do Ministro da Pesca, Altemir Gregolin, e aqui no Estado coordenado pelo José Bichininski, aqui estão vários membros da Comissão Censitária, daqueles que farão o levantamento no interior do Estado. É fundamental que cada um dos senhores e senhoras, que os Prefeitos, os dirigentes locais da Cidade divulguem o censo aquícola, para que os produtores que vão receber as visitas dos membros da comissão censitária recebam bem, preencham bem o questionário, para que a política da pesca possa ser melhor planejada, melhor desenvolvida, porque nunca se fez um censo aquícola.

É um momento histórico, até porque esta atividade gera muita renda, muito emprego, e cada vez tem aumen-

tado o consumo de peixe. Neste momento está faltando peixe no País. Haja vista que neste momento existe, de fato, um planejamento para o setor, tanto é que foi criado o Ministério da pesca, com muito orgulho, até porque sou técnico em piscicultura. É uma atividade que, se focar e definir com clareza, gera muito emprego e muita renda. Não é à toa que foram criadas políticas dirigidas para os pescadores artesanais. Não é à toa que foi criado por nar-fipisca (sic), não é à toa que se faz um censo aquícola, para que possamos planejar o futuro desse setor, que é estratégico para a economia brasileira.

Portanto, pode ir para campo. O Paraná precisa deste planejamento, os dados estatísticos do censo aquícola, com clareza, para definir as políticas que são da competência da Secretaria da Agricultura, do trabalho da EMATER e dos outros órgãos ligados à aquicultura e pesca. O Brasil precisa deste bom levantamento, para que possamos, de fato, desenvolver a aquicultura e a pesca e gerar empregos.

O consumo do peixe está aumentando. É uma atividade que dá mais renda e que deve ser incorporada na agricultura familiar, para haver uma maior diversificação. Tenho convicção de que este censo dará um novo norte, dará clareza técnica para os planejadores, para os Governadores, para os Prefeitos e para o Presidente da República, fazer com que esta atividade seja uma das que gerem mais economia, mais renda e mais emprego.

Meu muito obrigado, parabéns a todos os que vão coordenar e fazer este trabalho. Faço com muita brasilidade, com muita determinação. E se tiverem alguma dificuldade, vamos trabalhar juntos para que os problemas sejam amenizados.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado ao Partido Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero tratar de dois assuntos. Um deles, com relação ao Município de São Mateus do Sul. Temos, numa visita que fizemos no Município, num encontro que lá tivemos, Vereadores dos Municípios nos trouxeram uma preocupação. E até mesmo documentado, de ofícios encaminhados ao Governo do Estado do Paraná, em especial à SANEPAR, onde naquele Município, uma estação de tratamento da SANEPAR e também rede de coleta de esgoto não estão funcionando. E está fazendo com que os moradores dos bairros daquele Município, e cito os bairros: Vila Amaral, Vila Americana, a Colônia Iguaçu, todos eles têm um sério problema de odor

naquela região e naqueles bairros. Os Vereadores João Bosco e Enéas Jeferson encaminharam à SANEPAR um pedido de urgente solução, porque a população daquele Município tem cobrado, e cobrado com direito, da situação que estão vivendo.

Segundo informações dos Vereadores, em especial do João Bosco, ele deixou claro que é insuportável. As pessoas não conseguem ficar no bairro, viver aquela região, em suas residências, porque o odor que sai da estação de tratamento, e também da rede de coleta de esgoto, que não está funcionando, segundo o Vereador, ele tem uma séria preocupação, porque a empreiteira que fez estas obras não concluiu, ele está buscando informações, se o material usado era o material que estava no processo licitatório.

Então, há uma série de dúvidas que ele quer passar a limpo. Mas, ao mesmo tempo, quero pedir e alertar à SANEPAR e ao próprio Governador do Estado, que a empresa pública de saneamento público do Estado do Paraná não vem cumprindo com sua obrigação. E o ofício que foi encaminhado pelos Vereadores foi para o ex-Deputado e hoje Diretor de Assuntos Comerciais da SANEPAR, Natálio Stica, e também para o Gerente Regional de União da Vitória, o Sr. Vilmar Favaro Purga, que receberam esse ofício e estão sendo cobrados, e neste momento registro nesta Casa toda essa situação.

Esperamos que a solução aconteça, porque os moradores daquele Município e desses bairros não aguentam mais a falta de competência da SANEPAR em resolver esse problema, que é crônico e afeta um grande número de pessoas no Município de São Mateus do Sul.

Quero registrar aqui também, Sr. Presidente, a barbaridade, e não posso me calar e ficar aqui sem me posicionar e registrar a nossa posição com relação ao Movimento Sem-Terra. De novo, por várias vezes, periodicamente eles tomam certas atitudes, parece-me que para afrontar o Poder Público como um todo, a sociedade como um todo, e os poderes constituídos, donde agora, com essa afronta que fizeram, invadiram a Fazenda Santo Henrique, no Município de Borébi, e lá fizeram uma ampla destruição de uma plantação de laranja, produto que produzia suco para ser exportado. Derrubaram lá centenas de milhares de árvores, na desculpa de que iriam plantar feijão. Isso não é um processo de reivindicação de terra, de reivindicação de uma ação concreta do Governo Federal para com a reforma agrária, mas isso, para mim, representa mais um confronto ideológico, onde o Movimento Sem-Terra tenta afrontar as empresas do agronegócio do nosso País, que produzem na terra brasileira, nas suas propriedades, e fazem com que isso leve, diretamente nesse confronto, um ponto onde esse movimento tenta mostrar a sua vontade.

Mas, quero dizer que a lei está acima da vontade de poucos militantes do Movimento Sem-Terra, que ilegalmente, no arremedo da lei, tomam posições e têm, sim, que ser punidos, como o cidadão normal é punido, como

o trabalhador é punido e não podemos aceitar posições como essa do Movimento Sem-Terra.

Vi aqui na Casa Parlamentares defenderem o movimento e até mesmo defendendo esse tipo de atitude. Não posso acreditar! Nós, Parlamentares, que somos eleitos para fazer leis, temos que antes de qualquer coisa respeitá-la, e existem leis no País que proíbem esse tipo de atitude e têm, sim esses líderes, esses integrantes que fizeram essa barbaridade, cada um deles ser punido de acordo com a lei.

É isso que espero e deixo aqui registrado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a minha indignação para com esse movimento que diz ser um movimento social, mas que na verdade é um movimento que cada vez mais demonstra a sua agressividade e a destruição que eles trazem para com o segmento produtivo do nosso País, em especial para o agronegócio brasileiro, que tanto tem ajudado o nosso País na balança comercial.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, venho à tribuna hoje porque considero que a atitude dos Parlamentares, hoje, valeu a pena.

O requerimento, assinado por 31 Srs. Parlamentares, convocando o Secretário da Segurança para vir a esta Casa, é uma atitude digna de registro nos Anais desta Casa. Porque por várias semanas a Oposição tenta trazer o Secretário para explicar o caos que está instalado na Segurança Pública, que está instalado no nosso Estado, e não conseguimos viabilizar, Deputado Rangel. E hoje, com 31 assinaturas, com Deputados da Oposição e Deputados do Governo, é bom se registrar, indignados pela falta de competência do Secretário da Segurança, ele agora não vai ser convidado, ele vai ser convocado, virá a esta Casa dizer para nós por quê a Segurança Pública do nosso Estado não funciona. Onde estão sendo investidos os recursos, que não aparecem? E não vamos aceitar, Deputado Rangel, Deputado Douglas, que me ouvem, não vamos aceitar que se construa um aparato para vir o Secretário da Segurança aqui, ele virá aqui como Secretário, será respeitado, mas será questionado, ele terá que explicar para nós, por exemplo: por que não funciona o IML de Guarapuava? Por que não funciona o IML de União da Vitória? Por que a maioria das Cidades do Paraná não têm delegado? Por que a maioria das Cidades do Paraná têm a metade do efetivo de 10 anos? Isso falando do interior do nosso Estado. E por que nunca se ouviu, na história do nosso Estado, principalmente na Capital, chacina agora?

O nosso Secretário está nos Estados Unidos, e aqui os paranaenses escondidos dentro de casa.

Há pouco recebi no meu twitter uma manifestação de uma jovem dizendo o seguinte: “Rossoni, não estamos em casa para nos escondermos, estamos em casa sem segurança também”. Mesmo dentro de casa tem pessoas que não sentem-se seguras.

Quero cumprimentar aqui, não tive oportunidade de ver o requerimento, ontem quando começamos esta movimentação de colher assinaturas, vieram colher a minha assinatura e eu disse que seria um trabalho em vão, mas que assinaria. Aí comecei a conversar com os Parlamentares e senti o desejo, a determinação de uma vez por todas, não se prostrar de joelhos na frente do Secretário, seja ele Secretário da Segurança, o que ele for. Ele virá a esta Casa, e não vamos aceitar, Deputado Elio Rusch, virá convocado. Poderíamos ser mais gentil, antes de ontem, quando propusemos o nosso requerimento, propusemos que ele, num acordo, viesse convidado. Não. Agora ele vem convocado, e que esta convocação tenha o significado da incompetência do Secretário da Segurança. Não há mais como resistir à situação em que se encontra a Segurança do nosso Estado.

Estou fazendo aqui um relato rápido de algumas situações, mas no dia que o Secretário estiver aqui, quero me inscrever no Grande Expediente, pelo menos 15 minutos.

Deputado Augustinho Zucchi, quero deixar aqui meu nome registrado para que o dia que o Secretário for convocado a vir nesta Casa quero falar no Grande Expediente, quero fazer um relato com fotografia, com tudo que é documento que é necessário, para mostrar ao Secretário que o que ele falou naquela Audiência Pública, encastelado dentro de uma sala lá na presidência, protegido por todos, não era verdade, e que a verdade demora, mas vem à tona. E agora está aí, ninguém mais tem como esconder o caos que se instalou na Segurança Pública do nosso Estado. Eu já disse aqui que esse Secretário será lembrado na história como o pior Secretário da Segurança que este Estado já teve. Alguns são lembrados pelos seus feitos, outros pelo que não fizeram.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Parabéns pelo empenho! Foram 31 Deputados que assinaram. Não bastam só as assinaturas, é necessário o voto para que o Secretário venha a esta Casa, que é a Casa do povo paranaense, para passar as suas explicações a respeito de Segurança.

Ontem uma grande autoridade me disse para eu tomar um pouco de cuidado, porque existem três Deputados que estão numa lista negra da Secretaria da Segurança. Agora teremos um quarto Deputado inclusive, tem os Deputados Mauro Moraes, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, com certeza o Deputado Valdir Rossoni e um Secretário. Não sei porquê isso. Fazemos um trabalho nesta Casa de fiscalização. Queremos ouvir uma autori-

dade, ouvir o Secretário. Tenho certeza que, com a vinda do Secretário a esta Casa, iremos sanar muitas dúvidas. E tenho certeza também que ele poderá apresentar avanços em algumas áreas.

Portanto, é muito importante que o Paraná acompanhe a prestação de contas por parte de um Secretário. Que lista é essa? Só porque estamos desempenhando a nossa função de fiscalização. Isso não pode acontecer!

Muito obrigado.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Estou sabendo agora dessa lista negra onde aparece o meu nome. O meu papel aqui, desde o meu primeiro dia eu já disse, vim aqui para representar o povo do Paraná e fiscalizar o Governo. E aquilo que estivesse errado no Governo eu iria denunciar, e aquilo que estivesse certo iria elogiar, votar a favor e aplaudir. Já tive essas duas situações aqui, mas na Segurança Pública está um caos e não estamos sendo ouvidos. E todos os que assinaram o seu requerimento vão manter a honra para que o Secretário esteja aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dar aqui o meu e-mail www.valdirrossoni.com.br. Tenho certeza que muitos que estão nos ouvindo estão satisfeitos com as atitudes dos Srs. Parlamentares em convocar o Secretário. Quem estiver nos assistindo e tiver algo para apresentarmos ao Secretário, será importante. Certamente teremos muitos e-mails das pessoas que não estão satisfeitas, que sentem na pele, no seu dia a dia, a falta de Segurança. E certamente de todos os Parlamentares aqui é só acessar, tem aqui na Assembleia Legislativa, porque será importante trazermos aqui relatos de pessoas que têm conhecimento da situação da Segurança no nosso Estado. Muitos paranaenses vão escrever para nós que nas suas Cidades não tem delegado, não tem Polícia, não tem Delegacias.

O que será que está acontecendo nos bairros da nossa Cidade, principalmente das Cidades maiores como Londrina, Ponta Grossa e Curitiba?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Quero agradecer a presença na tarde de hoje, do meu amigo pessoal, o Dr. Paulo Torres, professor da Universidade Estadual Paulista de Botucatu. Obrigado pela presença.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso o horário do Partido dos Trabalhadores, porque ontem fizemos aqui um pedido para que fosse informado a esta Casa, não ao Deputado, nem ao Partido dos

Trabalhadores, mas a esta Casa, o resultado e, se possível, uma cópia do processo de sindicância a respeito da situação da Casa que faz um processo de ressocialização de Ponta Grossa. Ontem ocupei a tribuna, fizemos o pedido. Esse pedido foi encaminhado, foi solicitado pelo Líder do Governo para discutir. Espero que possamos aprovar esse pedido no dia de hoje. Por que estou insistindo tanto nisso? Recebi há pouco uma ligação de pessoas de Ponta Grossa, não são só os educadores sociais, não são só os psicólogos, dentistas, não são as pessoas que estão diretamente ligadas. Hoje a Casa de Ponta Grossa, o Centro de Ponta Grossa está tendo, todos eles estão tendo um processo, extremamente difícil de convivência, por conta do assédio moral que vem acontecendo em grandes proporções naquela unidade. Obviamente que já fizemos a solicitação à Secretária Telma. Esperamos que ela nos responda, e não, Deputado Jocelito, apenas V. Exa. que é de Ponta Grossa.

O SR. MAURO MORAES (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria que fosse feita a verificação de quórum, porque na minha avaliação não tem quórum para a continuidade da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não temos, Deputado Mauro Moraes, nenhuma votação, e o Regimento diz que com 10% do total dos Srs. Deputados poderemos continuar a Sessão.

Então, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. MAURO MORAES (PSDB)

Mas gostaria de verificar a quantidade de Deputados que está presente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No momento em que tivermos a votação, V. Exa. justifique e vou deferir a questão de ordem de V. Exa. para fazer a chamada nominal.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Como eu estava falando, temos na verdade uma situação extremamente delicada em Ponta Grossa. A Secretária, ao receber, não sei se recebeu já ou não, mas ao receber o resultado dessa sindicância certamente terá que tomar algumas atitudes. Ao ser consultada informalmente, sei que foi dito por ela - segundo os relatos, não sei se isso corresponde ou não à realidade, espero que possamos ter esse esclarecimento - que iria remeter a sindicância ao Ministério Público. Agora, Deputada Rosane, V. Exa. que vem de uma área que trabalha com conflitos extremos, que é a área da Saúde, sabemos que as pessoas têm um limite dentro da sua sanidade. Não é possível que situações como essa de Ponta Grossa, já estamos aqui, Deputado Péricles, eu, Deputado Rangel, outros Deputados de Ponta Grossa, já estamos aqui denunciando a situação há mais de dois meses. Foi instaurada sindicância, que teve a sua conclusão. As pessoas que estão sendo

indicadas como sendo aquelas que criam o processo de assédio, tenho dito aos quatro ventos, em Ponta Grossa, que não só não serão de forma alguma punidas e, pior ainda, vão processar - isso dito pelo diretor - todos aqueles que em algum momento colocaram dúvida sobre sua administração. Isso é grave, porque não podemos ter uma situação em uma unidade que cria uma relação onde parece que prevalece muito mais a relação pessoal do que a profissional.

Quero crer que tudo isso pode ser esclarecido, à medida em que possamos receber o resultado dessa sindicância, as medidas que estão sendo tomadas e nessas quais os fatos reais apurados que haviam naquelas denúncias e quais não eram reais.

Não podemos aqui na Assembleia, simplesmente fazer de conta que não está acontecendo nada. Apelo mais uma vez para que possamos ter o resultado desse pedido de informações que estamos fazendo hoje, encaminhando à Secretária Telma, que é uma pessoa extremamente diligente e sensível nesta área. E que ela entenda que a Secretaria e a sua pasta, como aliás todos os diretores nomeados e que não são do quadro de carreira permanente, assim como na Assembleia, somos temporários. Não podemos fazer de um cargo temporário com que tenha uma ação como se fosse definitivo, permanente, como se fôssemos também funcionários daquela unidade.

Estou usando mais uma vez a tribuna e insistindo que vamos buscar o resultado da sindicância. Estamos solicitando, se for possível, que ela seja enviada publicamente e colocada aqui. Se não for possível, que seja em caráter sigiloso. Acho que há de se preservar o caráter, se assim entender a Secretária.

Não posso aceitar, como Parlamentar, que um pedido de informações feito por esta Casa - primeiro espero que ele seja aprovado - seja colocado como uma questão menor. E pior ainda, que seja colocado: "Não vamos dar resposta nenhuma, porque vai para o Ministério Público." Ora, não é o Ministério Público que está solicitando. Os fatos que estão sendo denunciados lá são extremamente graves e que não trouxemos a esta tribuna em respeito à Secretária e a sindicância que está sendo feita. É óbvio que não temos porquê ficarmos em processo de omissão, como se estivesse tudo bem. Não está pacificado, resolvido, e por não estar tudo bem, não vamos ficar esperando que as coisas se resolvam. Porque daqui a seis meses, um ano, terminando o Governo, ou saindo esse Governador e entrando o próximo, tudo se esquece.

Eu, particularmente, acho que é preciso que tenhamos uma resposta muito objetiva, contundente, e que todos os fatos sejam esclarecidos. Não são apenas denúncias de assédio moral, de malversação de recursos. Temos denúncias de maus-tratos e tortura. Não é possível que isso seja admitido por esta Casa e nem por um cidadão qualquer deste Estado. Por isso, para que não parem dúvidas - não estou dizendo que essas denúncias são verdadeiras, para isso há a sindicância - precisamos que a Secretária Telma tenha uma atitude coerente e muito efe-

tiva. Nesta hora não podemos ser partidários. Não podemos ser apenas Governo e fazer de conta, que por eu ser Governo tenho que proteger aqueles que indiquei, porque se proceder assim está procedendo contra o interesse público.

Espero que o Deputado Péricles, que é de Ponta Grossa e tem se mostrado preocupado também com essas ações que estão acontecendo, que esse assunto seja encerrado. Mas para encerrar esse capítulo, temos que ter o resultado dessa sindicância, ou as ações que foram tomadas. Afinal, sindicância também é feita às custas do erário público, com o servidor público, com recursos públicos e não pode ser apenas uma brincadeira: "Fizemos por fazer, porque alguém pediu, para dar uma satisfação para a Assembleia". Não é isso. O que está se apontando, e não é o Ministério Público que tem que resolver. E o Ministério Público, se encaminhado a ele, é porque há uma denúncia grave, e se há uma denúncia grave e está sendo encaminhada ao Ministério Público, esta Assembleia Legislativa tem que saber também! Se não estaremos criando alguns segmentos privilegiados dentro do espaço público, e esses segmentos privilegiados não podem ser maiores que o Estado. O estado democrático de direito prevê a igualdade de todos e a obrigação de todos em cumprir a Constituição.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero, Deputado Rangel, porque é a sua Cidade, que possamos hoje ter a aprovação do pedido de informações e, obviamente, no período que a Constituição prevê que tenhamos a resposta. E que a resposta possa trazer uma forma de nós, definitivamente, elucidarmos a situação que já vem há dois, três meses, já são fatos denunciados há mais de dois anos e que não pode passar como se não estivesse acontecendo nada! Fizemos a sindicância, encaminhamos ao Ministério Público, tudo bem, demos lá um "passa moleque" e as coisas se resolvem. Eu não vou aceitar isso! Respeito muito a Secretária, respeito muito todos os funcionários, agora, fizemos um pedido de informações aqui que queremos resposta, e a partir da resposta queremos saber quais são as medidas que estão sendo tomadas, senão vamos começar a criar uma situação de muita dúvida, o que é muito ruim para todos nós.

Espero então podermos aprovar o pedido de informações aqui, até porque as coisas que não têm que ser escondidas, não precisam ser escondidas. Não há nada para ser escondido, então vamos aprovar o pedido de informações, vamos saber por quê e quais são as determinações a partir dessa sindicância, saber por quê e quais são as medidas tomadas e aí, obviamente, a partir daí não termos mais nenhuma dúvida.

Não quero, Deputada Rosane, sair daqui com dúvidas. Por isso é que eu vou insistir muito: a situação de Ponta Grossa não pode ficar como se não estivesse acontecendo nada e como se fosse uma situação isolada. Não é isolada. E por não ser isolada é que precisamos de uma resposta objetiva, contundente e rápida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa.

Primeiro quero fazer o aparte que não consegui fazer ao pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni. Fiquei feliz quando V. Exa. já se inscreveu no Grande Expediente no dia em que o Secretário virá a esta Casa. Isso sinaliza não só aos Deputados que requerem essa presença do Secretário aqui, mas também a vontade que isso seja público, com a presença da imprensa. O que quero aqui dizer, Deputado Rossoni, sem nenhum constrangimento, se fizerem algum acordo para ser à portas fechadas, retiro minha assinatura do requerimento. Não quero escutar o Secretário à portas fechadas. Se fizerem algum acordo, retiro minha assinatura do requerimento. Por que não queremos saber da Segurança Pública por curiosidade, estamos aqui como representantes da população e a população quer uma resposta em relação aos números da violência no Paraná.

Com aparte o Deputado Mauro Moraes.

O Sr. Mauro Moraes (PSDB)

Só para registrar aqui, e que o Presidente desta Casa fique sabendo, me causou estranheza e uma preocupação muito grande, uma denúncia do nosso companheiro Deputado Marcelo Rangel, de que existem Deputados que estão na lista negra do Secretário da Segurança do Estado. E até citou os Deputados Douglas, Mauro Moraes, Marcelo Rangel. É muito preocupante isso: uma pessoa altamente ligada à Segurança vem dizer para o Deputado que estamos em lista negra da Secretaria da Segurança.

Então, peço que se registre em ata isso, porque é uma coisa inadmissível, nós estamos aqui para cobrar. O Deputado foi eleito e uma de suas atribuições é cobrar do Executivo, portanto, a Secretaria da Segurança pertence ao Governo do Estado e é nossa obrigação exigir, cobrar do Secretário aquilo que achamos que devemos. Não estamos fazendo nada mais além das atribuições que nos são conferidas pela Constituição Estadual.

Então, gostaria que registrasse aqui as palavras do Deputado Marcelo Rangel, que existem Deputados nesta Casa que estão na lista negra da Secretaria da Segurança do Estado do Paraná.

Obrigado, Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Srs. Deputados, não posso deixar de me pronunciar neste momento, depois de ouvir as palavras do Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro, me perdoe, mas V. Exa. é um Deputado experiente, já foi Vereador, e não vai querer imaginar que alguém de nós, aqui, possa acreditar que exista algum Deputado na lista negra deste ou daquele Secretário. Por favor! Para o meu gosto é pueril demais. Vamos nos respeitar, porque não é possível: “Fulano está na lista negra”, como se isso criasse algum embaraço para nós. Por favor, temos que agir como Parlamentares, e posso tranquilizar a V. Exas, falando como Presidente desta Casa. Como Presidente desta Casa, de cabelos brancos como o Deputado Valdir Rossoni, posso garantir a V. Exas., o Secretário Dr. Delazari deverá vir a esta Casa, sim, eu vou visitá-lo pessoalmente e quero que o Secretário Delazari respondendo as perguntas educadas, como sempre o fizemos.

O Deputado Rossoni, que está aqui desde o tempo em que estou, desfilaram dezenas de Secretários de Estado e nunca nenhum deles foi maltratado, nunca nenhum Secretário foi desrespeitado e não seria agora que iríamos iniciar a carreira e desrespeitar quem quer que seja.

Esta Casa é democrática e tem o direito e o dever de ver seus questionamentos respondidos. Não venham com história de lista negra, diz que diz que, não combina comigo essa história. O Secretário Delazari virá a esta Casa, será questionado, irá expor suas razões e, claro, também temos que ter o discernimento possível que não vai ser a presença do Secretário, nesta Casa, que vai resolver as dificuldades, os problemas de Segurança no nosso Estado. Mas, temos, sim, o direito e o dever de ouvi-lo.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Mauro Moraes.

O SR. MAURO MORAES (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só disse que fiquei preocupado com as palavras formuladas pelo Deputado Marcelo Rangel. Ouvi atentamente e fiquei preocupado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Gostaria de me manifestar, até entendendo seu posicionamento, como Presidente, é importante essa questão. Mas estamos num debate sobre Segurança Pública. Realmente houve, sim, uma informação feita por uma das maiores autoridades do Estado do Paraná falando sobre quatro Deputados, falando sobre isso. E eu deixei registrado, não estou afirmando que existe a tal da lista, em absoluto e pelo contrário, acredito que o Secretário tem, sim, uma grande responsabilidade e virá aqui para, responder a todas as perguntas dos nossos Parlamentares.

Mas, gostaria de deixar registrado que estamos no Parlamento e no Parlamento se fala, se cobra, se fiscaliza. No momento que vem uma informação de que os quatro Deputados estão sendo avaliados, que é para tomar cuidado, é claro que vou me pronunciar aqui na Assembleia e vou deixar registrado, sim, e vai ficar registrado em ata.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E vai ouvir do Presidente que é uma declaração pueril, que tem uma lista negra. Ora, por favor, vamos agir como devemos agir, eu não vou debater com V. Exa.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, eu não esperava outra atitude de V. Exa. a não ser essa, e é esse o papel da Assembleia Legislativa. E o que eu quero dizer aqui, inclusive insisto, é que nós, como Deputados, devemos uma satisfação, nós como Deputados temos obrigação de fiscalizar o Executivo e o Secretário e uma explicação republicana. Então, fico tranquilo com as afirmações de V. Exa., certamente estamos passando por um momento difícil da Segurança Pública do Estado e não podemos fazer a política do avestruz, como se nada estivesse acontecendo. Por isso tem que ser pública, até porque temos que dar explicações à população do Paraná, sejam elas quais forem.

Aproveitando a palavra, em respeito ao que V. Exa. pronunciou em relação ao nosso relacionamento com o Executivo, gostaria de continuar o discurso que fiz ontem em relação a desgraça que a população está tendo com as instituições. E mudando um pouco de assunto, mas um assunto que interessa muito a região de fronteira, é que temos leis demais e respeito às leis de menos.

Tivemos hoje aqui um desfile de pronunciamentos em relação ao ato errado, criminoso, qualquer designação, que ocorreu ontem pelo MST. Se fosse qualquer outra pessoa estaria presa, mas como são eles não pode prender.

Escutei ontem um Parlamentar de uma sigla dizendo: “Fundador de seu partido, Miguel Arraes deve ter se revirado no túmulo! Deve ter se revirado de ver que a democracia que ele ajudou a construir neste Brasil está virando uma baderna e não se respeita mais as leis.” E é justamente por esse desrespeito que eu quero aqui encaminhar três requerimentos: à Receita Federal, à Polícia Rodoviária Federal e à Polícia Federal, Superintendência do Estado do Paraná, para que cumpram o Tratado do MERCOSUL que diz que todo cidadão brasileiro ou de fronteira pode trabalhar num dos países membros. Agora, na nossa região, para andar com um veículo com placa do Paraguai tem que cancelar o CPF no Brasil, não ter mais nenhuma propriedade no Brasil, aí você pode morar no Paraguai, ter um veículo paraguaio e não será apreendido esse veículo.

Eu pergunto, Deputado Jonas, em relação aos atletas brasileiros, aos pilotos brasileiros que saem, fazem fortunas lá fora, têm propriedades lá fora, eles têm que cancelar o CPF aqui no Brasil, não podem ter propriedade aqui no Brasil? Por que é que em relação ao Tratado do MERCOSUL, que é um Tratado que tem força constitucional, não se respeita os termos e a burocracia faz com que o cidadão tenha seu veículo apreendido, tenha que ir na Justiça para buscar a liberação depois de três, quatro anos do veículo no sol?

E também dizer que em relação aos brasileiros, enfim qualquer um dos membros do MERCOSUL que cursam graduação, pós-graduação, mestrado em Países membros, que o Decreto nº 800, de 2003, bem como o Tratado do MERCOSUL, o Tratado do Executivo Federal de 2005 que previu a admissão automática dos diplomas expedidos pelos centros de ensino superior de Países partes, não estão sendo reconhecido pelo Brasil, buscam um, dois, três anos e o MEC não reconhece.

Então, temos leis demais e respeito de menos, e esse respeito de menos está fazendo, repito aqui o que disse ontem, que o Estado paralelo cada vez mais está tomando mais espaço do Estado oficial, e isso enseja que daqui a 10 anos, se continuar nesse ritmo, ninguém mais respeita instituição nenhuma neste País.

Concedo o aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa. Eu também assinei o pedido para convocar o Secretário Delazari. Mas uma coisa temos que deixar bem claro: o Secretário discutir o passado não vai adiantar nada. Estão assaltando, estão matando, que a violência está insuportável, a droga está rolando, desocupado por aí infernizando, é chacina, isso já é coisa do ontem. Acho que com a vinda do Secretário Delazari, muito mais do que discutir o que já aconteceu, é o Secretário trazer notícias boas, o que é que o Secretário está planejando para daqui para frente restaurar, restabelecer a segurança dos paranaenses, para que o povo possa ter tranquilidade para dormir sossegado e não com medo de ser assaltado e até de perder a vida.

Parabéns à V. Exa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, principalmente os Deputados da lista, que acham que estão na lista, tem uma palavra que diz: “Vigiai e orai.” Quero dizer inclusive que falei para alguns Deputados, e no momento oportuno trarei ao conhecimento da Mesa Executiva que desta tribuna fiz uma cobrança em relação a uma negligência gravíssima do Poder Executivo, e ao invés de termos a resposta, tive o meu sigilo fiscal quebrado, tenho os documentos disso. Vou passar com provas para a Mesa Executiva para tomar providências cabíveis.

Acho que quem não deve, não teme. É só, na verdade, termos a coerência das palavras. E todos sabemos o que custa, muitas vezes, uma postura. Mas não podemos recuar. Eu não recuei, também não fui leviano de denunciar essa quebra do sigilo enquanto não tiver todo o processo revestido das provas. E a hora que eu tiver todas as provas encaminharei à Mesa Executiva, para que responsabilize todos os envolvidos na quebra do meu sigilo telefônico, no sigilo fiscal que foi quebrado, tenho ofícios enviados em virtude de uma denúncia que fiz aqui nesta tribuna.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, Liderança da Oposição, Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Liderança da Oposição: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Não vou entrar em debates, não vou tentar responder à Mesa Executiva e ao Sr. Presidente, principalmente pelo respeito que tenho por V. Exa., mesmo não concordando com alguns posicionamentos e principalmente com o tratamento que o senhor deu à minha pessoa, ao Parlamentar. Gosto muito de debater, aqui no plenário já tive bons embates com o Deputado Romanelli, com Deputados da base Governista. Enfim, acho que tenho direito, o direito de me manifestar. E ainda bem que tenho a possibilidade de utilizar esta tribuna, seja ela pela Liderança do PPS, seja pela Liderança da Oposição, para falar o que está errado no meu entender.

Cobramos, sim, segurança. Muito mais segurança para o Estado do Paraná, cobramos valorização profissional aos policiais. Fizemos cobranças ao Secretário Delazari, por diversas vezes fizemos o convite, convidamos o Secretário para conversar com o Parlamento, com a Assembleia, para trazer a sua palavra. Infelizmente, os requerimentos foram caindo. Tentamos a convocação, e o requerimento caiu.

Pois bem, fatos novos aconteceram, as pessoas, os cidadãos paranaenses exigem de cada Parlamentar um posicionamento firme, exigem de cada Deputado que ele seja fiscalizador e que cobre também ações do Poder Executivo. Eu não tenho nada, Deputado Jonas, contra o Secretário da Segurança, nunca tive contato com o Secretário da Segurança, mas estou nas ruas. Vim de Ponta Grossa e durante o caminho, Deputado Rossoni, recebi a informação de que uma das pessoas, muito conhecida politicamente na nossa Cidade, foi executada há uma hora e meia atrás, ou duas horas. Foi executado dentro do escritório dele, com três ou quatro tiros, não sei ao certo, porque é muito recente.

É claro que cada pessoa que está nos assistindo, que está acompanhando o trabalho do Parlamentar, faz a cobrança. Quando fui à televisão ontem, para dar uma entrevista para o SBT, para a Rede Bandeirantes, dizendo que gostaria mesmo de ouvir o Secretário, quando eu saí da entrevista coletiva, recebi uma informação - eu disse aqui, acho que o Presidente não estava prestando atenção - mas eu disse que não acreditava que existisse a tal de lista, sei lá. Acho que de repente é uma bobagem que falam pelos corredores: "Puxa, você está cobrando, tome cuidado!"

Não acredito nisso, Deputado Belinati, pelo contrário, tenho certeza que no momento que o Secretário da Segurança vier aqui, eu com educação - como o Presidente falou - vou interpelá-lo, fazer algumas perguntas.

Tenho certeza que ele vai me responder também da mesma maneira, com educação.

Será bom para o Secretário. O que eu digo é que quando um Secretário vem ao Parlamento, à Assembleia Legislativa, não vi uma autoridade dessas ser maltratado; pelo contrário, a Bancada de Oposição sempre os elogia. Foi o que aconteceu com o Diretor do IAP, ele veio aqui, todos nós demos parabéns. Veio o Secretário da Saúde Pública, nós também demos à ele parabéns pela sua coragem. Isso é importante para o Paraná.

Claro que quando se tem um documento com 30 assinaturas de Deputados do Governo e da Oposição, não é requerimento da Oposição, viu Deputado Romanelli, aliás, não é requerimento meu, requerimento do Líder da Oposição! Nós não queríamos nem a convocação. Mas se o Secretário se compromettesse a vir para trazer informações já seria uma satisfação popular.

Então, Sr. Presidente, temos uma boa amizade, eu o respeito muito, tenho uma consideração muito grande por V. Exa., mas gostaria de deixar registrado que eu também tenho direito, o direito de me manifestar. Todas as vezes que me sentir no direito de expressar as palavras que não são minhas, são dos meus eleitores, de cada cidadão paranaense, vou fazer, e eu julgo necessário neste momento fazer realmente uma fiscalização mais firme, uma cobrança mais firme, porque é isso que ouço nas ruas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Antes de passar a palavra ao Deputado Romanelli, quero esclarecer ao Deputado Rangel, longe de mim travar um debate com V. Exa. aqui. Não é essa a minha intenção, eu apenas tenho o dever de cuidar da imagem desta Casa. Este é o dever. Foi esse o juramento que prestei aqui.

Não posso deixar de defender esta Casa, quando um Deputado se manifesta que ouviu de um outro Deputado, que por assinar uma lista convocando o Secretário ele vai estar na lista negra.

Tenho que entender que isso é briga de colégio. Não estamos no colégio. Isso que eu quis dizer, delicadamente, pueril: quem cuspir aqui antes, ganha.

Ora, tal seria o Secretário colocar Deputados numa lista negra, porque ele o convida ou o convoca para vir aqui: "Ah, mas ouvi dizer na esquina, ou alguém de alto coturno falou."

Sabe tenho que defender a Casa, somos fortes e maiores do que esse diz que diz que.

Então, foi essa a minha intenção. Longe de mim polemizar. Aproveitei o belo pronunciamento do Deputado Reni Pereira para puxar a responsabilidade para esta Presidência e trazer o Secretário da Segurança aqui para ouvir os senhores. Esse foi o único objetivo!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não me contive, quero colocar o meu posicionamento. Fiz um discurso anteriormente da

tribuna, dei apartes, fui duro com o Secretário da Segurança e serei duro quando ele vier aqui. Sempre foi respeitoso nesta Casa.

Presidente, acho que a famosa lista, se está errada ou certa, o responsável é o Deputado que tem imunidade parlamentar. Poder ser até que seja convocado para esclarecer esse fato.

Depois do meu pronunciamento, a pessoa que está do outro lado pode dizer: “Mas o Deputado Rossoni, no seu pronunciamento, foi deselegante, tratou o Secretário com falta de educação. Como se fôssemos tratar o Secretário da Segurança com falta de educação.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: duro sim, porque a situação que está aí fora não está mole, está dura a situação! A preocupação da população é muito grande!

O meu pronunciamento foi que temos que ser muito duros com esse Secretário, porque ele está comprometendo a segurança de todos os paranaenses e essa é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concordo com V. Exa. e tenho certeza, conhecendo a sua história, que quando aqui estiver o Secretário, V. Exa. será duro sim, com educação. Ninguém vai agir diferente, adultos chegaram aqui por milhares de votos e não vão ouvir diz que diz que.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Acho que de certa forma esse debate acaba relaxando um pouco os ânimos. Não posso vir a esta tribuna e agir como um incendiário; ao contrário, penso que esta Casa tem agido bem no momento, que com equilíbrio possamos fazer o grande debate que precisamos na questão que envolve a Segurança Pública. E efetivamente, o Secretário Luiz Fernando Delazari veio a esta Casa, travou um debate extremamente produtivo e reconheço que já deveria ter retornado a esta Casa.

As áreas mais sensíveis, que merecem debate mais aprofundado, e eu cito como exemplo, sempre, o Secretário Gilberto Martin, da Saúde, que tem vindo a esta Casa, tem promovido um debate importante de uma área absolutamente - eu diria mais sensível e mais complexa que a área da Segurança Pública - que é a área da Saúde, tem feito esse debate, tem prestado contas. E isto tem resultado num clima não de entendimento, mas num clima de construção de um modelo de gestão democrático da execução da política de Saúde.

Temos que ter a mesma postura em relação à Segurança Pública, reconhecendo que o tema Segurança Pública, violência, é um tema mais complexo. Ele envolve, como a Saúde, a questão da vida, mas é um tema que temos que reconhecer, o Secretário de Estado da

Segurança Pública, e eu convivi com diversos Secretários, recentemente ainda, quantos de nós não foi reverenciar a memória do ex-Secretário Luiz Felipe Haj Mussi, Secretário do Governo Richa, com quem tive o prazer de implantar o programa, os Conselhos Comunitários de Segurança, num modelo de descentralização, de desmilitarização da Polícia Militar, tentando buscar, fazer com que a Polícia pudesse se transformar numa Polícia comunitária, e como nós avançamos tanto de 1983 para cá, na construção de um outro modelo de Polícia.

Então, quero dizer que é indiscutível, esta Casa exige a presença do Secretário, no sentido de ele poder prestar contas como gestor da política pública de Segurança. Sabemos que o Secretário Luiz Fernando Delazari é um homem íntegro, capaz, trabalhador, alguém que tem se dedicado intensamente. Mas, ao mesmo tempo sabemos, a Assembleia Legislativa não é Delegacia de Polícia, Quem tem que esclarecer o que aconteceu no bolsão da Vila Audi União, nesta final de semana, como aliás já está sendo bem feito, é o Delegado Titular de Homicídios de Curitiba, o Dr. Hamilton da Paz, profissional competente, já estão lá identificando os autores dos homicídios que afrontaram a cidadania não só em Curitiba, mas no Paraná e no nosso País.

Que esta Casa tem que ouvir o Secretário, não tenho dúvidas disso, mas já disse em outro momento aqui, e muito próximo disso, que não há que se travar um embate entre Oposição e Situação. Muitos Parlamentares que integram a base de apoio ao Governo assinaram o requerimento para poder ser votado, para eventual convocação.

Sinceramente, vou pedir para discutir o requerimento que foi apresentado à Mesa. Ele será votado, ou não, na próxima terça-feira, dia 13 de outubro. defendo que até lá possamos, em comum acordo, encontrar uma data, até por conta da sugestão formulada pelo Presidente desta Casa, que é um homem que procura entendimento, o Deputado Nelson Justus, e marcar uma data para a vinda do Secretário Luiz Fernando Delazari. Vem aqui prestar contas, esclarecer aquilo que foi feito, o que está sendo feito, o que vai fazer. Responder os questionamentos.

E claro, sabemos, tem uma fogueira de vaidades, da forma como alguns Parlamentares se manifestam, alguns são mais profissionais do ponto de vista do seu discurso, da ênfase que conseguem impor seu ponto de vista; outros conseguem falar mais com o povão mesmo, que é o caso do nosso grande Antonio Belinati; mas estou citando, porque penso que temos que buscar as velhas lições do grande filósofo da modernidade da política, no modelo de sociedade que temos, que é Aristóteles. E a virtude está no meio, indiscutivelmente, quando se trava o debate político. E não adianta radicalizarmos, porque não chegaremos a um entendimento para que possamos debater o tema como ele tem que ser debatido, com a seriedade e com a complexidade, até porque todos nós sabemos que Curitiba e Região Metropolitana têm 1/3 do

contingente da Polícia Militar e, da mesma forma, mais do que 30% dos policiais civis estão aqui em Curitiba e Região Metropolitana. Ao mesmo tempo, as novas vagas de presídios que foram construídas, tanto as penitenciárias como os presídios, estão localizados em Curitiba e Região Metropolitana. Temos aqui um sistema penal dos promotores de Justiça, que atuam na área do crime, e olha que estrutura tem o Ministério Público em Curitiba e Região Metropolitana, também com a magistratura, tanto de 1º quanto de 2º grau. Não é pouca coisa o que temos aqui!

Então, efetivamente, o Governador Requião faz o quê?

Desde o primeiro dia do Governo realiza a “Operação Mão Limpas” no Palácio do Governo, Palácio que efetivamente recebe todas as autoridades, como o Ministério Público, a magistratura, representantes da sociedade civil organizada, a Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Polícia Federal. Então, não é por falta de articulação na área da Segurança que temos problemas na área da violência. Ainda ontem ouvia o Secretário Municipal Antidrogas, o delegado Francischini, que indiscutivelmente é uma das maiores autoridades, uma pessoa que admiro e que comandou grandes operações de combate ao tráfico de drogas.

O que dizia ontem o Secretário Municipal, Delegado Francischini? Que com a criação do SIVAN, na Amazônia, o Paraná passou a ser a rota do tráfico de drogas, por conta da fragilidade das nossas fronteiras. E no rastro desse tráfico de drogas, coisas muito ruins vão ficando por aqui. Criamos um batalhão na fronteira recentemente, em Guaíra, e ainda há pouco conversava com o Deputado Welter, que me relatava o quanto melhorou a questão do policiamento naquela região, com a criação daquele batalhão de policiamento. Ou seja, são questões de Polícia que são complexas, porque são carreiras organizadas.

Então, Sr. Presidente, penso que temos desafios importantes e penso que é necessário, e quero me colocar à sua inteira disposição, como Líder do Governo, para conversar com o Líder da Oposição e com os principais líderes de partidos aqui, para buscar um entendimento, e vamos construir uma data ainda neste mês de outubro, ou no começo de novembro, enfim, um período que não seja também muito longo, mas que possamos construir uma data para a vinda do Secretário Luiz Fernando Delazari, de uma forma que possamos aqui ter um debate produtivo e que não seja, única e exclusivamente, para satisfazer a fogueira das vaidades, mas que seja fundamentalmente para discutir o tema que envolve a Segurança Pública.

Gostaria de conceder um aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Romanelli, só lembrar que Curitiba, por certo, tem um efetivo condizente com a população, mas

não posso concordar que a Região Metropolitana está bem guarnecida. Temos Municípios aí em que há um policial para cada 5 mil habitantes o que é um número muito pequeno. Agora, compreendo que o próprio Governador entende e diz que o efetivo tem que ser visto regionalmente, e o de Curitiba cobre a região, o que não é bem verdade. Mas, como diz, tomara que realmente essa regra passe a valer e que tenhamos um reforço efetivo, porque é impossível imaginar que um Município como Colombo, por exemplo, que em 250 mil, tenha três viaturas e meia, sendo 10 homens em tempo real, ou seja, totalmente desguarnecido.

Então, é evidente que a vinda do Secretário se faz necessária, para que possamos realmente mostrar o mapa do crime e onde precisamos ter um reforço, um efetivo maior.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, concluo dizendo o seguinte: esse debate, na verdade, é o seguinte: não dá para discutir se tem três viaturas e meia, ou quatro, ou cinco, basta viajar para outros Estados vizinhos, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Sinceramente, não vamos achar que em cada Estado tem uma viatura policial na esquina. Não vamos aqui começar com esse discurso, porque daí, sinceramente.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Não precisa isso, mais um pouco é suficiente. Vamos passar para outro tema, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria que o Deputado aprendesse a respeitar o orador que está na tribuna, até porque V. Exa. quando quer falar, se inscreve e fala. Infelizmente tem Deputado que não respeita. Quero lamentar isso aqui.

Mas quero, Sr. Presidente, dizer o seguinte: que o tema pode e deve ser debatido. Eu quero, com V. Exa., com o Líder da Oposição, construir entendimento para que posamos marcar uma data e promover esse debate, que penso, é a favor do interesse público, até porque esta Casa aqui é a Casa do povo paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Posso afiançar, Deputado Romanelli e aos Srs. Deputados, avoquei essa responsabilidade à Presidência da Casa. Não costumo fazer isso. Quero me comprometer com a vinda do Secretário Delazari a este plenário.

Ordem do Dia:

Está encerrada a a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4887, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 08 de outubro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 451/09, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de utilidade pública a Associação Ponta Grossa Turismo e Eventos, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Projetos de Lei).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 455/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação Dojô Tradição de Karatê, com sede e foro no Município de Paranavaí. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Projetos de Lei).

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Pérola. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/09, que objetiva

alterar o anexo II da Lei nº 15793 de 03/04/08, conforme específica. (Altera, conforme específica, as quantidades de vagas, por função e por classe, na carreira de perícia oficial, do quadro próprio dos peritos oficiais do Estado do Paraná - QPPO). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina Pedro Demczuk o Trecho da PR-160, entre a sede do Município de Prudentópolis e o entroncamento com BR-277. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 084/09, de 03/08/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 365/09

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina Pedro Demczuk o trecho da PR-160, entre a sede do Município de Prudentópolis e os entrocamentos com a BR-277.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão a se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, estando, portanto presente o princípio de admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 365/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 365/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo denominar Pedro Demczuk o trecho da PR-160, entre a sede do Município de Prudentópolis e o entroncamento com a BR-277.

A proposição em análise recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta comissão, chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Juventus - JVT, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/09, de 14/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 481/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Juventus - JVT, com sede na Cidade de Diamante do Oeste e foro na Comarca de Cascavel, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4902, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Chico Noroeste, Nereu Moura e demais Deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 4872, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4886, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4888 e 4889, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4890 e 4891, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4893, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4894, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4900 e 4901, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4902-A, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4903, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4904, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4905, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4906 a 4921, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4922, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4923, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada de quinta-feira, dia 08, para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Neivo Beraldin, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 387, 443 e 445/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 365 e 481/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 308 e 327/09.

Levanta-se a Sessão.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 120

114ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....

Presenças.....

Abertura da Sessão

Pequeno Expediente:

Dep. Mario Roque

Dep. Antonio Belinati.....

Dep. Plauto Miró

Dep. Douglas Fabrício.....

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Encerramento da Sessão

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

Diretoria Geral

Portarias.....

DIÁRIO Nº 120

114ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Fernando Scanavaca e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson,

Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Beti Pavin, Caíto Quintana, Dr. Batista, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (09).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Artagão Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 08 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito aos Srs. Deputados que ainda não digitaram suas senhas, que o façam, por favor.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Registrar que está conosco o Prefeito da Cidade de Araruna, Nino Bonato, e o Dr. Luciano, que o está acompanhando.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Registrar a presença do Vereador de Palotina, Sr. Gilmar Hinkel.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos a esta Casa. É um privilégio tê-los aqui.

Não há expediente a ser lido.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Mario Roque.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população do Estado do Paraná.

Para acalmar os ânimos, vamos falar de Paranaguá, a terra mãe, Nossa Senhora do Rosário.

Sempre que se fala que em Paranaguá se comemora alguma data, se lembra daquele marco histórico daquela terra querida, onde tudo começou. Este Paraná que aqui está começou naquela terra bendita. E hoje, dia 07 de outubro, é a data de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Cidade.

A Padroeira de Paranaguá representa um símbolo de extrema importância para a história do Município. Nos anos de 1575 nascia uma vila no litoral Sul do Brasil. E a primeira denominação da vila foi Vila Nossa Senhora do Rosário, na qual o centro era uma capela, onde atualmente se localiza a Catedral Diocesana da Cidade.

Dia 07 de outubro é dedicado à Nossa Senhora do Rosário desde 1571. Isso foi decretado pela Papa, naquela época. Foi nessa data que os cristãos, naquele tempo, conseguiram vencer os pagãos e durante a luta estavam com o rosário na mão, levando a imagem de Nossa Senhora. Vale ressaltar que todas as Cidades possuem um santuário dedicado à Nossa Senhora do Rosário. O de Paranaguá é datado de 1578, ano em que ficou pronta a construção, o mais antigo templo, ao Sul da Capitania de São Vicente, em estilo colonial português, foi construído por escravos libertados. É uma das edificações mais antigas do Paraná e um referencial da confirmação da posse portuguesa, no território paranaense.

Para comemorar essa data, hoje, fui convidado pelo Bispo Dom João Alves dos Santos, que realizou a

Caminhada pela Paz. Às 9h da manhã saiu aquele povo em procissão diante da Estação Ferroviária da Praça da Marinha e abraçou a praça mais antiga do Estado do Paraná, a Fernando Amaro, e de mãos dadas ali foi cantado o Hino Nacional e também o Hino de Paranaguá e logo após a procissão até a matriz. Portanto, um momento cívico, mas principalmente um ato concreto em favor da paz e da vida. Parabenizo o Bispo, os Padres, os Ministros, os religiosos de Paranaguá, os organizadores e toda a comunidade católica desta Cidade por esta data. Hoje é um dia feliz em Paranaguá.

Aproveito o momento para dar uma satisfação ao pessoal de Morretes e de Antonina. Quando eu falava aqui sobre o pedágio, que pagávamos 12,50 para ir e mais 12,50 para voltar, 25 reais por 85,90 quilômetros, eles se sentiram humilhados. Porque Morretes dista do pedágio 31 quilômetros e Antonina 41 quilômetros. Então, o pedágio para o povo dessas duas Cidades é absurdo. Temos que acabar com isso. Temos que fazer que com esta Casa, urgentemente, através das comissões faça vir a plenário, para que seja aprovada essa lei e sancionada pelo Governador e para que essa empresa possa respeitar o povo do Litoral.

Apelo aos Deputados que aprovelem essa lei sem emendas, para que esse povo humilde do Litoral possa subir a serra e vir a Curitiba e voltar. Que tenham direito de ir e vir, sem pagar a volta.

Hoje, o meu Curitiba, o time do coração, querido, vai ser representado por uma comissão. Hoje, ele está em uma situação difícil, mas logo vai melhorar. Talvez, eu não esteja no final, para participar desta solenidade. Um abraço a todos os dirigentes e a toda família Coxa.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Meus parabéns, pelo pronunciamento, Deputado Mario Roque.

Com a palavra, o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobres Deputados Nelson Justus, Scanavaca e Alexandre Curi. Quero prestar uma homenagem ao Deputado Teruo Kato, porque a justiça deu a V. Exa. uma grande vitória, reconhecendo que V. Exa. foi um grande administrador da Cidade de Paranaíba, como Prefeito. A sua administração, que já foi aprovada pelo povo, também foi recentemente pelo Tribunal de Justiça. Parabéns a V. Exa. Não vou entrar em detalhes, porque quem passa pelo cargo tem olho gordo doído para derrubar quem ocupa o cargo de Prefeito ou quem já foi.

O importante é que V. Exa. está consagrado pelo povo.

Recebo convite da Cidade de Londrina, é um convite da Associação Londrinense de Saúde Mental, é um

grande encontro na Cidade de Londrina. O objetivo é apresentação e debate sobre a rede de assistência de saúde mental, em Londrina. O encontro vai ser agora dia 9 sexta-feira. É importante debatermos esse assunto, talvez para alguns políticos debaterem o assunto, buscarem a solução para tantos milhões de brasileiros que têm esse problema mental: "Ah, mas isso não dá voto!" Independente de dar ou não voto é nossa obrigação fazer o melhor por essas pessoas que são doentes e que merecem nosso amor, nosso respeito, nosso coração, a nossa mão estendida para fazer o melhor por eles. Parabéns ao Isaías e a todos que estão organizando esse grande encontro.

Recebo do Edegar Marcondes de Campos:

(Lê):

Olá Deputado. É com muita indignação que assisti na TV Globo a invasão em uma fazenda no Município de Borebi-SP. O desrespeito pelo produtor e funcionários daquela fazenda. Destruíram mais de 7 mil pés de laranja, com cinco anos de idade, destruíram tratores consumiram com alguns, picharam as casas. Um vandalismo puro, uma marginalidade pura. Espero que a Justiça seja dura com esses bandidos. Quem trabalha e produz neste País deve ser mais respeitado, afinal é quem sustenta esta máquina chamada Brasil, e que não é pouco. No Governo Lula os produtores rurais tem passado um mau bocado, principalmente no primeiro mandato, seu Ministro do Meio Ambiente chegou até mesmo a ofender os produtores rurais do País. É para ver o quanto tem conhecimento do setor. Quero mais informar que a maioria dos sem-terra assentados no Mato Grosso venderam suas áreas e os compradores, na maioria, são gerentes das fazendas próximas. Tem gerente que possui até cinco lotes em assentamentos, e são lotes de 50 hectares, até 80 hectares, pior, vendem e partem para outras invasões. É na verdade uma balaio de gatos, que o Governo pode se beneficiar e muito com isto, porque não faz nada. É como as invasões das grandes Cidades, sempre tem um porcaria de um político, um tomate podre envolvido fazendo promessas e pedindo votos. Meu pai me deixou em um banco da rodoviária de Curitiba em 1980, vindo de Tamarana, com apenas 14 anos, aqui trabalhei de tudo para sobreviver, vendia doces nas obras, empacotador de mercado, supridor, açougue, motoboy, fui garimpeiro, só na Serra Pelada trabalhei um ano e meio carregando um saco de terra nas costas, sai pior que quando cheguei. De volta para Curitiba, trabalhei de vigia, vigilante, caminhoneiro. Fiz meu primário em seis meses, o famoso MOBREAL, 1º grau com 28 anos, 2º grau com 33, comi o pão que o diabo amassou com o rabo. Fiz curso de mecânico diesel, piloto privado de avião, piloto comercial, piloto instrutor e piloto agrícola. Tenho minha casa própria, meu carro, casei há 20 anos, tinha apenas uma mala, tenho um lindo casal de filhos. Tudo isto é só para dizer que o Governo não tem que dar terra, e se der que fiscalize, dê apoio técnico condições de Saúde e Educação. Não dê só terra e dinheiro, que é a pior bagagem. Todo esse dinheiro que os sem-terra

pegam é para comprar motos velhas e carros velhos pode ter certeza é o que vejo lá no Mato Grosso, é fazer farra nas currutelas próximas. Gostaria, Deputado, de ver o nosso Brasil com um povo mais honesto, mais educado, menos corrupções, mais oportunidades, o que eu não tive, mas de maneira honesta. Mais respeito a quem trabalha e produz. Governo firme, que não admite badernas, desrespeito às leis, invasões à propriedades alheias. Respeito aos produtores rurais. Eles é que alavancaram este País. Grande abraço, Deputado.

Ele é trabalhador, passou por tudo, agora tem a sua estabilidade venceu pelo trabalho e que é contra o que os sem-terra fizeram: invadir uma fazenda, botando abaixo os laranjais que estavam produzindo. Isso é um crime. Não concordamos de maneira nenhuma.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Presidente Nelson Justus, quanta discussão hoje aqui! O Secretário de Segurança Delazari vem ou não a esta Casa de Leis, para explicar como está a Segurança? Não precisa explicar porque o povo sabe: não há segurança. O nível de segurança aqui é quase zero. O povo anda assustado, é assalto, estupro, assassinato. Tudo que você imaginar: assalto no sítio, na chácara, na fazenda, na indústria, no comércio, dentro do ônibus, no ponto de ônibus, na residência de família. A violência está atingindo níveis insuportáveis. Não adianta, Deputada Rosane Ferreira, mandarmos uma cartinha para o Secretário, é melhor rasgar porque nem sempre funciona para saber como é que está a segurança. A segurança está num nível muito baixo. Estamos vivendo um clima de insegurança total.

Agora fico me perguntando, Presidente Nelson Justus: será que esta Casa é assombrada? Será que esta Casa é assombrada, tem fantasma que causa medo ao Secretário de vir aqui? Aqui vem Prefeito, vem Vereador, vem gente do povo e ninguém sofre violência, ninguém é agredido. Então, o Secretário tem que vir aqui sim, mas para trazer solução, porque discurso sobre violência, sobre segurança não vai resolver o problema do povo. O povo está cobrando - e com razão e com direito - que melhore essa segurança, que coloque mais efetivo, que pague melhor quem trabalha na Polícia Militar, na Polícia Civil, no Bombeiro, que equipe melhor a Polícia, que dê a segurança que hoje o povo não tem.

Se o Secretário vier aqui para discursar, não vai resolver nada. Ele tem que vir aqui para trazer a solução.

Fico honrado em ouvir uma mulher que tanto admiro e que gosto muito, que a Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Deputado Belinati, na verdade pedi esse aparte para fazer uma provocação para o senhor, para que o senhor falasse um pouquinho - o senhor que tem uma

legião de seguidores, que é um grande Deputado, Com muitos votos na região de Londrina - fala-se um pouquinho da importância da família na construção da paz. Temos visto vários pronunciamentos aqui com relação da proposta sempre repressora da Polícia Militar.

Eu concordo que precisamos de efetivo, de equipamentos, mas acho que também temos que falar da questão da família. Não é possível as situações que vemos, de envolvimento. Um dos jovens envolvidos e mortos nesse final de semana tinha 15 anos de idade e foi assassinado às 4h da manhã, num canto qualquer da Cidade de Curitiba.

Gostaria de ouvi-lo a este respeito, a questão da família, a questão da religiosidade, a questão da educação, a questão da formação moral da nossa sociedade, que também eu acho que é de suma importância. O senhor que tem tanta legitimidade, queria ouvi-lo, porque tenho certeza que os paranaenses vão gostar escutá-lo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Fico emocionado em ouvir a Deputada Rosane, de quem sou um grande admirador. O que está causando também a destruição da família? Tem pai despreparado para ser pai, talvez também não teve berço. Ele sente prazer, orgulho de pegar um copo de cerveja e dar para uma criança, para o filho de 8, 9, 10 anos beber, daqui a pouco a criança já estará dependente da bebida alcoólica. O pai fuma e tem pai que quer ver o filho fumando também.

Agora o pior mal, que está destruindo a alegria das famílias, eu peguei esse tempo - em que a droga usada era a maconha. Quem usava a maconha era gente rica, era só em Cidade grande. Hoje, a maconha virou até ridículo. Os dependentes até tiram sarro: "Ih, você ainda está no tempo da maconha." Já nem sei mais qual é a droga do momento, porque uma hora é a maconha, depois pula para cocaína, para o êxtase e tem tantas outras. Cada dia estão buscando uma droga mais violenta. É por isso que as famílias em grande parte estão se destruindo. Acho que a polícia tem que bater firme nesses pivetes que V. Exa. falou com 12, 13 anos de idade, com o revólver na cintura, cheio de bala, pronto para matar pelo prazer de ver a pessoa tombar morta. Então, são muitos aspectos que esperamos analisar. Fico triste, na minha ótica, a família está se destruindo. Primeiro, pela falta de Deus; segundo, pela falta religiosidade.

Ouvi um Pastor fazer uma pregação outro dia, que me emocionou. Ele estava dizendo que ele mesmo, quando era adolescente, não queria conviver com o pai, com a mãe. Tinha uma festa em família, ele dava no pé, ia para a rua para conviver como amigos. Só quando ele se converteu é que mandou uma carta para o pai pedindo perdão, porque ele não sentia prazer em conviver com o pai. Da mesma maneira que esse Pastor relatou a sua experiência é o que está acontecendo. Alguém promove um evento na sua casa, um almoço, um jantar, para reunir a família, muitas vezes o filho jovem, ele acha que aquele não é o mundo dele, porque ficar junto com o pai e com a

mãe, vai para a rua. Lá ele vai beber, usar droga e de repente pode até cair na marginalidade e assaltar para arrumar o dinheiro para comprar a maldita droga que leva muitas vezes o dependente químico a matar a mãe, o pai, a avó, quem venha atrapalhá-lo para o uso da droga.

(Lê):

Engenheiro é preso por racismo em São Paulo.

Comentários

São Paulo - Um engenheiro de 59 anos foi preso e acusado de racismo no bairro de Campo Belo, na Zona Sul da Capital paulista, nesta terça-feira. A vítima é Dêlcio Joaquim Gonçalves, segurança de uma escola de educação infantil na rua Vicente Leporace. O motivo do desentendimento foi o barulho das crianças na hora de intervalo da escola.

O engenheiro Alexandre Semenoff é vizinho da escola e não seria a primeira vez que reclama por causa do barulho.

Ele falou um monte de palavrão. Foi para o meio da rua e fez gestos de preconceitos para mim, apontando o braço para mim, mexendo com o braço e dizendo que eu não valho nada, que minha cor não vale nada - afirmou a vítima.

A Polícia Militar foi chamada e testemunhas confirmaram as ofensas.

Este problema dentro da escola eu não tenho. Nem com os pais dos alunos, nem com meu próprio patrão. Fiquei estarecido - disse o segurança.

O policial Daniel Gonzaga diz que ouviu testemunhas e envolvidos e levou todos para a Delegacia. No 27º Distrito Policial, o engenheiro foi preso em flagrante por injúria racial. A pena varia de um a três anos de prisão. O crime de racismo é inafiançável.

Estamos no século 21 e ainda tem pessoas que agem desta forma, totalmente errado - afirmou Renato Alves, Diretor da escola.

Depois de voltar da Delegacia, o segurança disse que está com a sensação de dever cumprido.

Estou orgulhoso do que eu fiz. Sou um ser humano - disse a vítima, referindo-se ao fato de ter denunciado o caso.

Há quem diga que Jesus Cristo - não há ma confirmação - mas já ouvi Padre, Pastor, religioso admitir que Jesus, não é aquela cor da pele que mostra na fotografia, até pela região onde nasceu Jesus, que a sua pele é bem escura. Não vamos discutir aqui a cor da pele de Cristo.

Para concluir, lamento que o engenheiro, seja quem for, venha tratar mal, ofender, agredir, agir com racismo, discriminar um ser humano pela cor sua pele, lamentável que isso corra. Não é do outro lado do mundo não. Infelizmente no nosso País nós defendemos o maior rigor para punir quem não respeitar os nossos irmãos negros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de deixar registrado naturalmente é comunicado e convido a todos os Srs. Deputados agora na sexta-feira dia 9 às 20h, o Prefeito de Curitiba Beto Richa recebe o título de Cidadão Honorário na Cidade de Ponta Grossa. Um título que foi oferecido pelo Vereador Sebastião Mainardes, hoje Presidente da Câmara Municipal e aprovado por unanimidade por todos os Srs. Vereadores do Município de Ponta Grossa.

Quero deixar registrado e convidar a todos os Srs. Deputados para fazerem parte dessa grande solenidade que acontece nessa sexta-feira na nossa Cidade de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Protocoliei hoje uma indicação legislativa e queria deixar registrado aqui, pedindo para que o Governo do Estado envie para Farol uma ambulância. Parece uma coisa simples de pedir, mas na comunidade existe a necessidade e as pessoas estão pedindo, nos mandam e-mail. As lideranças pediram que eu fizesse a indicação para que o Município de Farol seja contemplado junto a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná com uma ambulância.

Quero agradecer a aprovação de todos os Deputados, foi na Sessão anterior, já foi aprovado. Coloquei um pedido para que o Senador Álvaro Dias coloque emendas no orçamento da União focado no Município de Farol.

Quero aproveitar e deixar registrado que logo mais teremos aquela Sessão em homenagem ao centenário da equipe de futebol Coritiba.

Estou reforçando aqui aproveitando que estamos através da TV SINAL ao vivo para o Paraná e quem estiver nos assistindo em Curitiba, convidar que logo mais teremos aqui a Sessão Plenária, presidida pelo nosso querido Presidente Nelson Justus que vai fazer a homenagem ao centenário do Coritiba Foot Ball Club.

Todos os Deputados que torcem pelo Coritiba e os Deputados que torcem por outros times, inclusive para o Atlético podem estar também aqui conosco.

Vai ser uma bela Sessão deixar registrado na Assembléia Legislativa esse fato. Muito Obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Horário do Grande Expediente e nem Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação de matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 387/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/09, que objetiva alterar o anexo II da Lei nº 15793 de 03/04/08, conforme especifica. (Altera, conforme especifica, as quantidades de vagas, por função e por classe, na carreira de perícia oficial, o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO). **Aprovada. (Publ. no DA nº 088/09, de 10/08/09, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 443/09 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 072/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Lei nº 445/09, autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 074/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Contenda. **Aprovada. (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina Pedro Demczuk o trecho da PR-160, entre a sede do Município de Prudentópolis e o entroncamento com a BR-277. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Juventus - JVT, com sede e foro no Município de Cascavel/PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel

ao Município de Mandaguari. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 067/09, de 22/06/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 308/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 048/09, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação de imóvel situado ao Município de Mandaguari, destinados ao uso de serviços públicos municipais.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, que qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública: (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007). (grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que: *A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender o interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável.*

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração Pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à Segurança Pública.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 308/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Governo do Estado a efetuar a doação ao Municípios de Mandaguari, da data de terras nº 8-A, da quadra 83, com área de 399 m2, contendo edificação com 199 m2, sob a Matrícula nº 13299, do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari.

Fundamentação

O imóvel será doado cumprindo os requisitos jurídicos necessários, principalmente por ter a autorização legal e o interesse público justificado, além de possuir a cláusula pertinente a impenhorabilidade e de inalienabilidade, o que garante que caso ocorra o descumprimento de sua finalidade, o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Conclusão

Sendo assim opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28/09/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Guaratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/09, de 29/06/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 327/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 051/09, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação de imóvel situado no Município de Guaratuba, para funcionamento do Posto de Informações Turísticas e venda de artesanato regional.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente por uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público

devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outros órgãos ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades de administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007) (grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que “A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável”.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à segurança pública.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14/07/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 327/09

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo autorizar a cessão de uso do

imóvel, registrado sob a matrícula de nº 40.142 no Registro de Imóveis da Comarca de Guaratuba, pertencente ao Estado do Paraná, ao Município de Guaratuba. A proposição prevê a finalidade exclusiva de utilização do imóvel para funcionamento de Posto de Informações Turísticas e venda de artesanato regional, cujo prazo de cessão terá vigência até a data de 31/12/10.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante às proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade da proposição em tela, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 327/09.

Sala das Comissões, em 28/09/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Encerramento da Sessão:

Antes de encerrar a Sessão, ratifico o convite feito há pouco pelo Deputado Douglas Fabrício, que esta Assembleia homenageará o Centenário do Coritiba Futebol Clube, por proposição do Deputado Douglas Fabrício, numa Sessão que se iniciará às 18 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 13, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 372 e 483/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 308 e 327/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 135, 448, 487 e 494/09; e do Projeto de Resolução nº 018/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2148/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11553, datado de 17/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a OVIDIO LACERDA FERREIRA, matrícula nº 40107, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Médico, nível NUD-02, com lotação na Coordenadoria de Serviço Médico Administrativo, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/10/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2149/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11831, datado de 22/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ILSE LONGO, matrícula nº 41026, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-01, com lotação na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/10/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2150/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10771, datado de 25/08/09, deste Poder,

R E S O L V E :

promover, com efeitos retroativos ao mês de julho de 2009, a funcionária MARIA ELISA REBELLO, matrícula nº 606, funcionária estatutária, para o cargo de taquígrafa, nível NUD-07, com lotação na Coordenadoria de Taquigrafia, conforme Parecer nº 249/09-PG da Procuradoria Geral desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/10/09.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2151/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11294, datado de 03/09/09 e 7116, datado de 28/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

acatar o Parecer nº 247/09-PG, da Procuradoria Geral deste Poder, para deferir o pedido a ANTONIO MARCOS PIZZANO, matrícula nº 40200, funcionário estável, ocupante do cargo de almoxarife, nível NTC-04, com lotação na Coordenadoria de Almoxarifado, conforme solicitado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06/10/09.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0191/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10395, datado de 17/08/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar, em favor de ADILSON JORGE BRITTA, matrícula nº 40458, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-06, lotado no setor de Portaria, o tempo total de 03 anos, 2 meses e 11 dias, para efeito de aposentadoria, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, referente a serviços prestados na Gavino Marques, período de 12/11/76 a 25/05/77 (06 meses e 14 dias), na Indústria e Comércio Reiosten Ltda., período de 01/03/78 a 16/10/78 (07 meses e 16 dias), na Commerce Desenvolvimento Mercantil Ltda., de 23/10/78 a 10/08/79 (09 meses e 18 dias), na Expresso Sul Brasil Ltda., de 11/09/79 a 30/10/79 (01 mês e 20 dias), na Huiwa Alimentos Ltda., de 17/11/80 a 05/12/80 (19 dias) no Clube Curitibano de 18/03/81 a 21/05/81 (02 meses e 04 dias), no Deucher e Deucher Ltda. de 27/10/82 a 24/02/83 (de 03 meses e 28 dias), e, na Sirtoli Brita e Cia, de 01/03/84 a 12/09/84 (06 meses e 12 dias), conforme Certidão de Tempo de Contribuição de INSS, em anexo.

Gabinete da Diretoria Legislativa, em 02/09/09.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0213/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 11906, datado de 23/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar em favor de ANA CRISTINA LEITON LES CORREA, matrícula nº 40383, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, com lotação do Diário da Assembleia, o tempo de 02 anos, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, em que trabalhou na Associação Fem. Prot. a Maternidade e à Infância de Curitiba, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, 05/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0214/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 11481, datado de 14/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença maternidade à servidora deste Poder Legislativo ANDREIA GOIS MACIEL, matrícula nº 6001, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 01/10/09, com término em 30/03/10, CID. 10 O.80.

Gabinete da Diretoria Geral, 06/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0215/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 12530, datado de 07/10/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Governo do Paraná, a funcionária deste Poder Legislativo, ROSANGELA DE FATIMA HOEBEL DOS SANTOS, matrícula nº 40272, para prestar serviços junto à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 07/10/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0216/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta no processo protocolado sob o nº 12081, datado de 29/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar na ficha funcional de MOACYR LOPES GOUVEA, matrícula nº 40137, ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível NUD-03, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, com lotação na Coordenadoria de Serviço Médico, o tempo total de 23 anos, 08 meses e 03 dias, já descontado o tempo em paralelo, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, em que trabalhou na Sociedade Rádio Emissora Paranaense Ltda, de 21/08/57

a 30/08/58 (01 ano e 10 dias); na Rádio Cruzeiro do Sul de Curitiba, de 01/12/60 a 30/09/62 (01 ano e 10 meses); na Indústria Malharia Curitibana S.A. de 02/01/65 a 13/10/78 (13 anos, 09 meses e 12 dias); na Companhia Fiat Lux, de 01/08/52 a 16/10/52 (02 meses e 16 dias); na Ramar S.A. Com. farmacêutico, de 01/11/52 a 31/12/53 (01 ano e 02 meses); na URBS, de 07/06/79 a 31/01/85 (05 anos, 07 meses e 25 dias), para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, 07/10/09.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

